

UFSC tem recursos liberados após 172 dias de bloqueio

Crianças sonham com carreira no futebol profissional

Obras em Canasvieiras triplicam faixa de areia

ZERO



Curso de Jornalismo | UFSC | Florianópolis | Dezembro de 2019 | Ano 38 | Número 4



MEIO AMBIENTE | Página 6

Agrotóxicos: SC revê tributação

Em contraposição ao governo federal, estado é o primeiro do país a iniciar movimento para retirada do incentivo fiscal sobre defensivos agrícolas; Câmara e Prefeitura de Florianópolis aprovaram lei que proíbe seu uso a partir de abril de 2020

VIOLÊNCIA | Página 4

Trabalho infantil persiste apesar das leis

Sistema que combate trabalho de crianças e adolescentes apresenta falhas e esbarra em realidade social; maioria dos casos é reincidente



Adriana Ferronato é jornalista, atua no mercado desde 1986, com passagens pela imprensa de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, onde fez a graduação em Jornalismo pela Unisinos, em São Leopoldo. Especialista em gestão de redações, chefiou durante 12 anos a redação do jornal Notícias do Dia, em Florianópolis e Joinville, entre os anos 2006 e 2018. Foi editora chefe do ANCapital, produto do jornal A Notícia. Atualmente se dedica a projetos próprios e trabalhos *freelance*.

A leitura do segundo número do jornal **Zero** é estimulante. Um trabalho de fôlego desta equipe, pauta muito adequada ao momento, que trabalha um tema geral com recorte local. Chamo atenção logo de início para o risco do jornalismo militante. Os futuros jornalistas precisam exercitar mais do que nunca os princípios do jornalismo, de equilíbrio para que o leitor consiga formar opinião.

Nesta edição, a capa está atraente, convidativa. O recurso da ilustração funciona bem. A reportagem de capa está boa, procura esclarecer a situação – não deu tempo para atualizar com a redução do bloqueio? E entra no mundo nem sempre muito transparente da administração das universidades públicas. O importante é mostrar os impactos da medida localmente, com exemplos como foi feito na reportagem, tanto na principal como nas demais.

A referência a uma mesma manchete de 30 anos atrás (29 mais exatamente), poderia ser trabalhada também em um box na reportagem, ficou apenas no editorial, este link é importante. Aliás o editorial desta edição está correto, tem a dose esperada de opinião e argumentação.

Na minha leitura percebi um tom editorializado na reportagem de capa e secundárias, em defesa da UFSC. Quando usamos expressões como “Basta”, na capa, ou mesmo títulos menores, como “As desculpas do governo”, evidenciamos uma posição. Nesta reportagem faltou infografia. É o tipo de assunto que ficaria mais claro com uma boa info que mostrasse o que o bloqueio prejudica, quanto, quantas pessoas prejudicadas, projetos etc. Buscar alguns contrapontos sobre a questão da universidade federal poderia enriquecer mais a reportagem, e isso não quer dizer defender o bloqueio, ou o atual governo.

Deixo a sugestão de uma pauta sobre o quanto a universidade é transparente, não seria má ideia.

Sobre a matéria “Ouvidos Moucos”: é sempre melhor contar o fato novo logo, embora título e linha de apoio tragam a informação, a forma como foi construída a matéria esfria o interesse e mesmo o entendimento do leitor. E um detalhe

importante: o motivo do suicídio do reitor Cancellier foi mais do que o impedimento de entrar na universidade. Aproveito esta matéria para destacar a necessidade de praticar a redação de títulos. Neste caso “Não foram 80 milhões”, eu diria que ninguém entenderia do que estamos falando. Não tem nem mesmo a especificação de 80 milhões de que, dinheiro, pessoas? O número de caracteres é pouco, mas sempre tem solução. Não podemos perder os leitores, ou cometer o pecado de falar para nós mesmos.

Ainda acho os textos muito extensos. Embora exista tendência no jornalismo impresso, ou mesmo online, de análise, conteúdo mais qualificado, devemos ter a preocupação de não oferecer um texto maçante. Seria interessante buscar novos formatos e abordagens. O **Zero** ainda tem a veia do jornalismo tradicional. Este é um desafio para quem estuda e trabalha na área: inovar.

Sobre as imagens. A produção de fotografia ainda deixa a desejar. O fotojornalismo pede ação e não temos isso. Por que as fotos cortadas dos personagens? Penso que neste caso seria melhor fotografar as pessoas no contexto da matéria, enriqueceria o conteúdo. As legendas melhoraram, temos apenas uma legenda bastante vaga, na página 10.

Questões de estilo. Começar as matérias com o recurso da história da personagem é um recurso que vicia. Às vezes funciona, mas a repetição cansa. Temos este tipo de lead em cinco matérias na edição número 2. Na edição anterior também observei isso. Não está errado, mas precisamos ser criativos. E ir direto ao ponto muitas vezes é a melhor opção. O que, quando, quem, como, onde e por que, as perguntas obrigatórias do texto jornalístico funcionam muito bem.

O conjunto da edição é bom. Temos textos bons. Pauta boa, uma edição temática que conseguiu mostrar diversos aspectos da vida universitária. É renovador ver uma turma assim, principalmente neste momento em que um dos grandes grupos de comunicação encerra a publicação dos jornais diários em Santa Catarina.

ZERO

JORNAL-LABORATÓRIO ZERO
Ano 38 – Nº 4
Dezembro de 2019

Mande críticas, sugestões e comentários. Participe!

✉ zeroufsc@gmail.com
☎ (48) 3721-4833
📱 /jornalzero
🐦 @zeroufsc

Departamento de Jornalismo
Centro de Comunicação e Expressão
Universidade Federal de Santa Catarina
Trindade | Florianópolis | SC | CEP: 88040-900

★
3º melhor Jornal-Laboratório do Brasil
EXPOCOM 1994

★
Melhor Jornal-Laboratório – I Prêmio Foca
Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina 2000

★★
Melhor Jornal-Laboratório
EXPOCOM SUL 2015 & 2017

★
Melhor Jornal-Laboratório do Brasil
EXPOCOM 2015

★★
Reportagem em Jornalismo Impresso
EXPOCOM NACIONAL 2017 & 2018

★★
Reportagem em Jornalismo Impresso
EXPOCOM SUL 2017 & 2018

★★★★★
Melhor Peça Gráfica
Set Universitário | PUC-RS
1988, 1989, 1990, 1991, 1992 & 1998

REPORTAGEM

Dana Serafim, Dominique Cabral, Felipe Sales, Lucas Fantinatti, Marcus Vinícius, Maria Eduarda Dalponte, Raisa Gosch, Rafaela Cardoso, Sofia Dietmann e Thuana Raimondi

REDES SOCIAIS

Inara Chagas, Mayrah Luiza Silva, Marcus Vinícius e Rafaela Cardoso

FOTOGRAFIA

Ana Sophia Sovernigo, Dominique Cabral, Maria Eduarda Dalponte e Sofia Dietmann

INFOGRAFIA

Aline Lima Ramalho, Ildo Francisco Golfetto e Paula Miranda

ILUSTRAÇÃO

Celso Mateus

DIAGRAMAÇÃO

Aline Lima Ramalho, Jade Kalfeltz, Lais Godinho, Paula Miranda e Sofia Dietmann

PROJETO GRÁFICO

Bruna Elisa Mayer, Caroline Copatti Selbach, Ildo Francisco Golfetto, João Vitor Nunes, Larissa Karla Martinelli e Mariela Cancellier

REVISÃO FINAL

Valentina da Silva Nunes e Alggeri Hendrick

CHEFIA DA EDIÇÃO

Maria Eduarda Dalponte e Sofia Dietmann

CAPA

Jade Kafeltz e Valentina da Silva Nunes
Foto: Sofia Dietmann

PROFESSORES RESPONSÁVEIS

Ildo Francisco Golfetto (SC 02372-JP)
Valentina da Silva Nunes (MTB MS 14224)

MONITORIA

Aline Lima Ramalho, Raio de Luar dos Santos e Rafaela Coelho

ESTÁGIO DOCENTE

Leoní Serpa

IMPRESSÃO

Imprensa UFSC

DISTRIBUIÇÃO E TIRAGEM

1.500 exemplares – Nacional

FECHAMENTO

18 de dezembro de 2019

EDITORIAL

A quarta edição do **Zero** deste ano também sentiu o impacto dos cortes na educação pública nacional, anunciados pelo atual governo em abril de 2019. O contingenciamento de 30% do orçamento anual da UFSC resultou na greve geral dos estudantes, gerando grandes mobilizações durante o ano e paralisação de parte das atividades da instituição entre os meses de setembro e outubro. A equipe do **Zero**, comprometida com a luta dos estudantes, acompanhou o desenrolar da situação, desde os cortes até a liberação. Por isso, para entender melhor a sequência de fatos ocorridos desde o dia 30 de abril, a matéria que abre esta edição faz uma retrospectiva da situação orçamentária da UFSC e busca entender qual o destino do dinheiro devolvido pelo governo federal.

A questão ambiental também está entre as medidas mais controversas anunciadas pelo novo governo. Neste ano, mais de 300 agrotóxicos foram liberados, em um ritmo acelerado comparado aos de outros anos. Na contramão do governo federal, Santa Catarina busca adotar a tributação verde, e Florianópolis será uma zona livre de agrotóxicos. Saiba mais na matéria de capa, “Agrotóxicos, um veneno invisível”.

Ainda preocupada com o meio ambiente e as transformações da cidade, a equipe do **Zero** acompanhou o chamado “engordamento” da praia de Canasvieiras, no norte da ilha, obra que vai alargar a faixa de areia, reduzida durante anos em boa parte por causa da especulação imobiliária e o consequente avanço das propriedades sobre a orla. O projeto, idealizado pela Prefeitura de Florianópolis, tinha conclusão prevista inicialmente para o mês de dezembro, mas esta avançou sobre a próxima temporada de verão. Nas próximas páginas, é possível saber mais sobre o tema, quais os impactos ambientais do passado e do presente sobre a região e quais as opiniões e expectativas de moradores, comerciantes e da prefeitura.

Além das praias, uma figura que define a ilha de Florianópolis é a Ponte Hercílio Luz, patrimônio cultural brasileiro. Após mais de duas décadas de interdição, a ponte reabrirá neste final de ano. Outro entretenimento da Ilha de Santa Catarina são os jogos de futebol. É difícil para nós, como torcedores, pensarmos no futebol como um ambiente de trabalho. Mas não para os meninos e meninas que sonham em ser jogadores e convivem com essa realidade diariamente, lutando para se tornar profissionais e fazer parte de um clube. Só que, por trás do brilhantismo, a trajetória não é composta apenas por vitórias.

Engajado com as questões sociais, o **Zero** não poderia fechar os olhos para outro debate polêmico que ganhou destaque em 2019, e foi buscar informações sobre a legislação brasileira que protege as crianças do trabalho forçado. As repórteres que assinam a matéria trazem histórias de menores que foram privados de viver a própria infância e se tornaram peça do sustento familiar no combate à pobreza. Conclusão: enquanto a legislação ampara, a realidade na maioria das vezes assusta.

Mesmo que muita coisa ainda esteja fora de lugar, a esperança de um mundo melhor às vezes está nos lugares mais improváveis. A dose de otimismo desta edição vem dos voluntários que ajudam a tornar certas realidades menos duras, lembrando que “fazer o bem faz bem”. Boa leitura!

UFSC paga atrasados e corre para usar recursos

Com desbloqueio, UFSC volta a oferecer serviços, mas sem recontratar terceirizados. Em 2020 o orçamento previsto é 40% menor

Depois de seis meses com orçamento reduzido, a UFSC pode voltar a operar com o dinheiro integral e, tendo liquidadas as contas retroativas, apressa-se para conseguir utilizar a verba de 2019. O montante original de custeio para a universidade era de R\$ 145 milhões, porém, com o bloqueio de 30%, em abril, foram reduzidos R\$ 43,5 milhões, deixando a universidade com apenas R\$ 101,5 milhões. A manutenção dos serviços da universidade custa R\$ 12 milhões por mês, ou seja, a UFSC conseguiria naquele momento manter suas atividades somente até setembro. Com a iminência de fechar as portas, a Reitoria aplicou um pacote de redução de gastos, comprometendo o funcionamento pleno da instituição.

Como o orçamento das universidades públicas é anual, o dinheiro que eventualmente não for utilizado no ano vigente retorna ao cofre do Ministério da Educação (MEC). Entretanto, os recursos financeiros de uma universidade não podem ser usados arbitrariamente. Etapas burocráticas, como aberturas de licitações, precisam ser cumpridas e, na maioria das vezes, o processo se torna demorado. A menos de dois meses do fim do ano, uma das estratégias para correr contra o tempo é empenhar em 2019 os valores de contratos que serão executados em 2020, isto é, sinalizar o pagamento – mediante limite de dinheiro em caixa – e liquidá-lo no futuro.

O chefe de Gabinete da Reitoria, Áureo Moraes, garante que toda a verba será aproveitada antes do prazo limite. “Esse dinheiro vai voltar para o MEC? Não. Esse dinheiro vai ser utilizado pela Secretaria de Planejamento (Seplan) para poder adiantar empenhos que nós podemos executar no ano que vem”. Ele completa afirmando que “quando você empenha o recurso, você garante que ele esteja no teu orçamento vinculado a um determinado serviço ou projeto.”

É o caso da Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPEX) de 2019, que não pôde ser realizada por falta de recursos, mas será remarcada para o primeiro semestre do próximo ano, ainda com o dinheiro do orçamento atual. Porém, não é possível afirmar se haverá uma ou duas edições da SEPEX em 2020, pois isso depende dos repasses financeiros do governo federal ao Ministério da Educação, através da apro-

vação da Lei Orçamentária Anual (LOA) – enviada pelo Executivo para ser votada no Congresso Nacional. Existe a possibilidade de o orçamento das universidades federais ser reduzido em 40% para o próximo ano. Se isso se concretizar, a UFSC terá um orçamento igual ao de 12 anos atrás, antes da criação dos campi de Araranguá, Blumenau, Curitiba e Joinville.

“No fio do bigode”

Essa foi a expressão usada por Áureo para explicar como a UFSC continuou de portas abertas sem ter dinheiro para pagar os serviços terceirizados. Jargão antigo, “no fio do bigode” indica relação de confiança para selar negociações. Neste caso, a confiabilidade da UFSC junto aos fornecedores e aos prestadores de serviço foi o que manteve a instituição funcionando durante os meses de orçamento limitado.

Porém, uma das condições para a manutenção dos serviços básicos foi o rearranjo de contrato com as empresas, o que implicou na demissão de quase 100 funcionários terceirizados, como explica o chefe de Gabinete. “Nós cortamos postos de trabalho de vigilância de portaria, de auxiliar de cozinha do RU (Restaurante Universitário), de limpeza, de carregador, de jardinagem. Trabalhamos com menos gente. A universidade ficou mais vulnerável, ficou com menos frequência de limpeza. Nós renegociamos os contratos de fornecimento de alimento do RU para reduzir também.”

Com o dinheiro restituído, o RU voltou, por hora, ao cardápio padrão, mas a situação dos terceirizados é incerta, devido à previsão de redução do orçamento para 2020. O secretário de Planejamento e Orçamento da UFSC, Vladimir Arthur Fey, detalha que “a nossa decisão neste momento foi de compensar todas as decisões que nós tomamos anteriormente. Então, o RU voltou a ter o fornecimento de mais variedades, que era um item que a gente tinha reduzido”. Ele fala também da cautela quanto à recontratação dos terceirizados dispensados, pois “hoje nós também estamos conversando com as diversas unidades, especialmente no que diz em relação à recomposição dos novos terceirizados, pedindo que a gente aguarde mais um mês antes de tomarmos essa decisão – para termos alguma sinalização em relação ao orçamento de 2020 – porque recompor a equipe terceirizada agora, para novamente reduzi-la a partir do início de 2020, porque é um orçamento menor, também é uma coisa muito complicada. Então, aguardar mais 30 dias, é prudencial para que a gente possa tomar uma decisão definitiva e preparar a universidade para enfrentar 2020”.

Relação difícil

O convívio entre o MEC e as universidades não tem sido fácil. A reclamação de reitores sobre o trato do Ministério com as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) é recorrente, não sendo raras as manifestações públicas de falta de diálogo, portas fechadas e imposições como características da gestão. Questionado sobre a relação com o ministro Abraham Weintraub, o reitor da UFSC, Ubaldo Balthazar destacou: “Eu não estou em contato direto com o ministro. Ele não recebe reitor, ele só recebe desde que esteja com algum parlamentar junto. Apenas três ou quatro reitores de universidades têm esse acesso.” Weintraub era secretário executivo do Ministério da Casa Civil antes de assumir o MEC, após a demissão de Ricardo Vélez Rodríguez. Seu estilo de gestão segue uma linha pouco flexível e, por vezes, agressiva, junto às IFES.

Cenário pouco promissor

O projeto de orçamento de 2020 encaminhado para a Câmara dos Deputados tem uma previsão de divisão do orçamento do MEC para a Educação em duas fases, diferentemente do que era feito nos anos anteriores, além da redução de 17% em comparação a 2019. Na primeira fase seriam liberados R\$ 101,2 bilhões e, posteriormente, mais R\$ 24,1 bilhões. A diferença entre as duas fases é que a primeira teria a execução de forma imediata, à medida que a segunda estaria disponível somente depois do novo projeto de lei do orçamento complementar que a presidência enviará ao Congresso no próximo ano.

A LOA de 2019 para a Educação era de R\$ 121,9 bilhões. Já o projeto enviado pelo governo para a LOA de 2020 tem uma diminuição de R\$ 20,7 bilhões comparados a 2019. Os Hospitais Universitários também estão em situação crítica, pois o orçamento apresenta corte de verba inicial de 60%. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) segue no mesmo caminho, com uma redução de 33% no orçamento.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) também constam com orçamentos menores de acordo com o PLOA de 2020. Enquanto o INEP apresenta uma redução de 20%, a CAPES tem previsão de redução de 38% em seu orçamento. **Z**

Redução

de gastos deixou a UFSC vulnerável

Do contingenciamento à liberação

Cronologia do bloqueio que causou demissões, cancelamento de atividades e protestos na UFSC



30 de abril
MEC anuncia o bloqueio de 30% das verbas discricionárias das IFES.



29 de agosto
Reitoria da UFSC declara que atividades podem cessar em outubro.



10 de setembro
Alunos da UFSC são os primeiros a deliberar e entrar em greve do país.



30 de setembro
MEC libera metade do orçamento que estava contingenciado.



18 de outubro
Restante dos recursos bloqueados pelo MEC são liberados.

UFSC: passado e futuro

Em 2008 a Universidade tinha:

- Orçamento de aproximadamente 85,9 milhões de reais
- Apenas um campus
- 54 cursos de graduação
- 4.095 vagas para ingressantes
- Cerca de 32 mil alunos**

Em 2020 a UFSC terá:

- Orçamento de cerca de 87 milhões de reais*
- Cinco campi
- 92 cursos de graduação
- 6.575 vagas para ingressantes
- Mais de 42 mil alunos**

* Caso a proposta da LOA de 2020, enviada pelo Executivo, seja aprovada do Congresso Federal

** Nos ensinos Básico, Superior e de Pós-Graduação

FONTE: SEPLAN E COPERVE | IMAGENS: FLATICON.COM

Infância negada: leis protegem, mas falhas persistem

Legislação que regula o trabalho infantil enfrenta dificuldades devido à realidade social

Em meio à Praça XV de Novembro, no coração de Florianópolis, na tarde do dia 27 de agosto de 2019, uma cena que deveria ser atípica e preocupante parece não chamar muito a atenção. Sentada em frente a uma farmácia, uma mãe segura seu filho de um ano e três meses no colo. Ao mesmo tempo em que o amamenta, está também pedindo dinheiro às pessoas que passam por ali. Quando indagada se não teria com quem deixar a criança, Paula* responde: “eu não consigo arrumar um emprego porque não tenho com quem deixar ele e preciso comprar fraldas, por isso venho aqui todos os dias”.

Essa é uma realidade que, por mais que não pareça, se caracteriza como trabalho infantil e está presente nos grandes centros urbanos. “A mãe pedinte está utilizando a criança para conseguir algo em troca. É uma forma de trabalho infantil. Temos também crianças vendendo bolinhos, água, mas é importante destacar que cada caso é um caso a ser analisado. Não podemos dizer que é negligência dos pais se há indícios de que estão passando fome. Às vezes, essa é a única maneira de contribuir com a família”, explica Poliana Brito, conselheira tutelar que atua na região do Centro de Florianópolis.

Semanalmente os Conselhos Tutelares da capital recebem diversas denúncias referentes ao trabalho infantil e a outros direitos que são violados de crianças e adolescentes. Todas as denúncias recebidas são analisadas e encaminhadas para os órgãos responsáveis. Elas primeiramente

passam pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), depois são direcionadas para o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi) e, por último, para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Nessa rede de órgãos de proteção dos direitos de crianças e adolescentes há falhas que persistem e a maioria das famílias atendidas são casos reincidentes. A carência e a pobreza social são os fatores que muitas vezes fazem com que esses casos se repitam. O trabalho infantil está associado a três dimensões: à situação de pobreza das famílias, ou seja, quanto mais pobre a família, maior a incidência; às políticas públicas sociais, uma vez que os pais não têm com quem deixar os filhos; e à herança cultural e histórica do Brasil, que abarca, muitas vezes, desigualdades desde a infância até a vida adulta nas classes mais pobres da sociedade.

Assim como no meio urbano, o meio rural também possui altos índices de trabalho infantil. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/PNAD) de 2016, 76,3% do grupo de crianças e adolescentes de 5 e 17 anos trabalhavam em atividades não agrícolas, sendo que os 23,7% restantes estavam em atividades agrícolas.

Caio* começou a trabalhar aos 12 anos na lavoura. Na parte da manhã, frequentava a escola do pequeno bairro onde morava. À tarde, ajudava seus pais na colheita da cana-de-açúcar. Todo o processo do trabalho era feito em família, desde o plantio, passando pela colheita da cana até a produção da cachaça, que contribuía para a renda da família na época.

Embora tivesse pouca idade, sua jornada de trabalho já era como a de um adulto, trabalhando de segunda a sexta-feira, cinco horas por dia. Essa era a realidade de Caio* há 19 anos, mas ainda hoje continua sendo a realidade de muitas crianças e adolescentes no Brasil. Atualmente, as maiores taxas de trabalho infantil do

país estão localizadas nas regiões Nordeste (38,6%), Norte (24,8%) e Sul (16,8%).

Falhas sistêmicas do Estado

O trabalho infantil é uma herança histórica e cultural do país. No século XVII, período do Brasil Colônia, órfãos e filhos de escravos eram considerados mão de obra, e já estavam inseridos nas mais diversas formas de trabalho. Foi apenas em 1824 que se criou a primeira lei referente à infância no Brasil, a qual garantia o ensino primário obrigatório e gratuito. E em 1891, a primeira lei sobre o trabalho infantil, regularizando-o nas fábricas da época.

Desde as primeiras leis relativas à infância criadas no país, muito se evoluiu nesse assunto. Um grande avanço foi a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, que reforçou a responsabilidade de proteção integral da sociedade e do Estado para com as crianças e os adolescentes até os 18 anos de idade. Embora seja considerado uma transformação, o ECA ainda possui falhas em diversos aspectos, principalmente, na garantia dos direitos fundamentais e básicos como educação, saúde, alimentação, lazer etc., para menores de 18 anos.

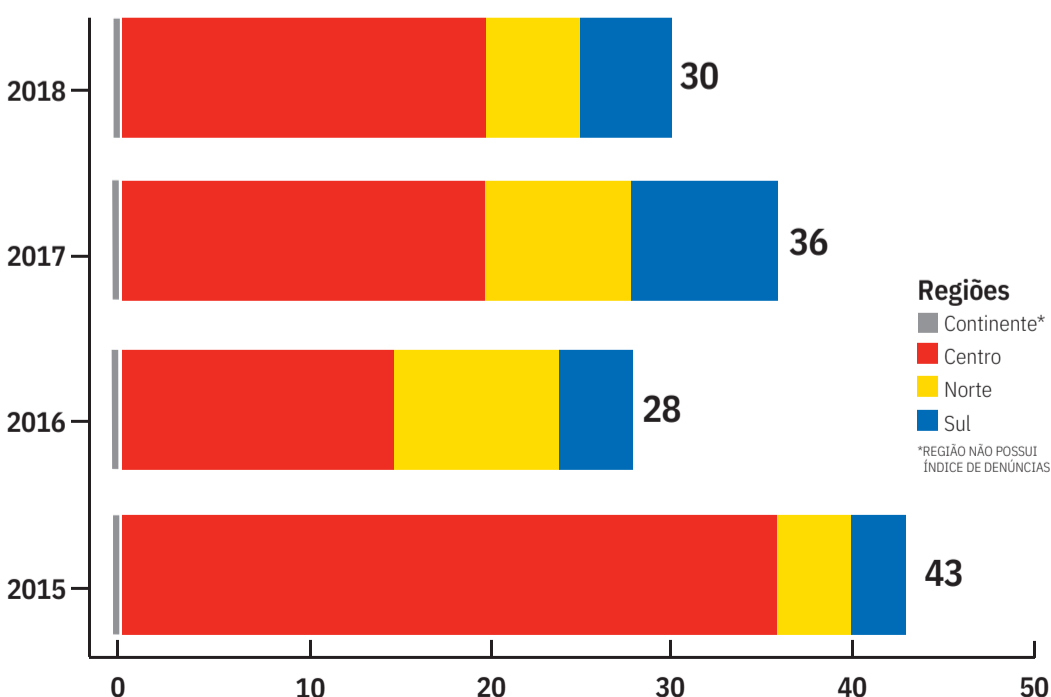
Essa fragilidade das políticas sociais públicas brasileiras não está presente somente no ECA, mas também no Programa Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil o (PETI). Criado em 1996, pelo governo federal, tinha como objetivo retirar crianças e adolescentes de 7 a 14 anos da situação de trabalho precoce, com ações que envolvem a jornada ampliada e o incentivo financeiro para diminuir a evasão escolar.

Nesse sentido, o PETI deveria possibilitar o acesso e a permanência de crianças e adolescentes na escola, mediante a concessão às famílias de uma complementação de renda mensal no valor de R\$ 25,00 para quem vivesse em áreas rurais e R\$ 40,00 para as áreas urbanas. Os municípios responsáveis pela implementação do programa recebem do governo federal um valor de R\$ 20,00 por criança incluída, sendo que nas áreas urbanas e em municípios com mais de 250 mil habitantes o valor é de R\$ 10,00 por criança. Esse recurso é para que os municípios contratem monitores socioeducativos, incentivarem e ampliarem o universo de conhecimentos da criança e do adolescente, por meio de atividades culturais, esportivas e de lazer no período complementar ao do ensino regular. Além de promoverem eventos para a sensibilização da sociedade sobre o tema.

Flávia Antunes, gerente da assistência social do PETI, de Florianópolis, explica que o apoio financeiro que era dado para as famílias beneficiadas foram retirados desde o início de 2017. Além disso, o que se percebe é que há desarticulação entre o PETI, os Conselhos Tutelares, e as Comissões Estaduais e Municipais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Isso acontece, por exemplo, na Capital, onde as ações feitas pelo PETI e a quantidade de profissionais que trabalham no programa não foram atualizadas nos Conselhos Tutelares.

*Os nomes das pessoas citadas nesta reportagem foram alterados a pedido.

Denúncias de Trabalho Infantil em Florianópolis



FONTES: SETORES ADMINISTRATIVOS DOS CONSELHOS TUTELARES DAS REGIÕES DO CENTRO, NORTE E SUL



Além do ECA e do PETI, existem outras iniciativas de combate ao trabalho infantil no Brasil, como o PAEFI, oferecido pelo CREAS, que tem entre seus objetivos processar a inclusão das famílias no sistema de proteção social e nos serviços públicos, oferecer apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Essas iniciativas atuam em conjunto com o governo federal, e contam ainda com o auxílio dos conselhos municipais e estaduais dos direitos da criança e do adolescente.

Não é brincadeira de criança

De acordo com o III Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador, vigente para os anos de 2019 a 2022, “o termo trabalho infantil refere-se às atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 anos, independente da sua condição ocupacional”.

Há ainda casos que além de se configurar trabalho infantil, violam a integridade física e psicológica da criança e do adolescente, como: tráfico de drogas, exploração sexual, atividades noturnas, perigosas, insalubres, penosas, prejudiciais à moral, desenvolvimento físico, psicológico e social dos indivíduos, e trabalhos feitos em horários e locais que prejudiquem a frequência escolar.

Conforme a Constituição Federal de 1988, através da Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, denominada Lei do Aprendiz, toda empresa de grande ou médio porte deve ter de 5% a 15% de aprendizes entre os seus funcionários. A aprendizagem é uma modalidade especial de trabalho que contém normas e diretrizes. “É um contrato amparado por lei que assegura que menores, entre 14 e 16 anos, possam desenvolver o trabalho. O adolescente então assume a condição de um trabalhador comum e já pode compactuar com o contrato regular de trabalho”, afirma André Viana Custódio, professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da

Universidade de Santa Cruz do Sul (RS).

Toda forma de trabalho infantil é um tipo de exploração porque afeta o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Além disso, é importante diferenciar o trabalho infantil doméstico de tarefas domésticas. Para o professor André, “as tarefas são aquelas atividades inerentes ao compartilhamento de responsabilidades dentro do espaço doméstico e que não têm conteúdo econômico, como por exemplo, arrumar o próprio quarto”. Já o trabalho infantil doméstico é caracterizado por se dar em casas ou apartamentos de terceiros. Essa

**“Toda
forma de
trabalho infantil
é um tipo de
exploração”**

prática é totalmente proibida antes dos 18 anos em qualquer função desenvolvida, como babá, cuidador de idoso, empregada ou empregado doméstico. Mas quando esses tipos de funções são desempenhadas dentro de seu próprio lar, há a caracterização do trabalho infantil doméstico também. Uma situação muito comum no Brasil é a criança ou o adolescente ter que cuidar de seus irmãos mais novos, o que é uma atividade incompatível com o seu desenvolvimento, pois transfere para crianças as responsabilidades que são típicas de adultos e, conseqüentemente, afeta o desempenho escolar, de lazer, e o tempo de desfrutar da infância.

Como combater o trabalho infantil

Mesmo com a implantação do programa de erradicação do trabalho infantil, a sua diminuição ocorre lentamente no país, sendo um problema social de difícil erradicação. O poder público e a sociedade deveriam ter como prioridade a proteção crianças e os adolescentes, mas não

é o que se vê na realidade do país. Ainda há muitas falhas quanto à capacitação dos atores do sistema de garantia dos direitos. Dificuldades estão presentes na articulação de programas e planos, porque, embora existentes, apresentam deficiências na inclusão de atendimento às crianças e aos adolescentes em situação de trabalho infantil.

Um dos maiores entraves para se combater essa realidade está na fiscalização, principalmente na presença de atividades ilegais como o narcotráfico e a exploração sexual, bem como a persistente visão familiar da inviolabilidade absoluta do domicílio, onde mais ocorre o trabalho infantil. Além das leis proibitivas e a melhoria da implementação de políticas públicas, são necessárias ainda ações básicas que se concentrem na transferência de renda para as famílias, e uma maior agilidade no atendimento de serviços prestados, como afirma a conselheira tutelar Poliana Brito: “é bem complicado, principalmente no caso do PETI, em que o município não recebe dinheiro suficiente, acarretando filas de espera para atendimento e também no serviço do PAEFI. Hoje há 200 famílias para serem atendidas, e não só em relação ao trabalho infantil, mas em outras violações de direitos, como abuso sexual, negligência, maus tratos. Era apenas uma psicóloga e uma assistente social para atender toda essa demanda”, enfatiza.

O combate ao trabalho infantil é um dever do Estado, mas também da sociedade. Em caso de suspeita é preciso denunciar, pois nem sempre é facilmente detectado pelas autoridades. Nesse caso, deve-se comunicar a assistência social, os conselhos tutelares e toda a rede de proteção da infância e da adolescência, a fim de proteger as vítimas da exploração. O serviço telefônico “Disque 100” é gratuito, recebe e encaminha as denúncias. Outra alternativa é acessar a página do Ministério Público do Trabalho, ou baixar o aplicativo Proteja Brasil (que indica as sedes dos conselhos tutelares mais próximas). O download é gratuito e tem versão Android e iOS, assim como o aplicativo MPT Pardoal (ferramenta de investigação do Ministério Público do Trabalho aberta ao público). **Z**

Para ouvir: A gente preparou uma *playlist* para você, sobre músicas que retratam o trabalho infantil em suas letras. Aponte a câmera do seu celular para o QR Code abaixo ou digite o endereço: spoti.fi/2W0JeXH.

Agrotóxico: veneno invisível

Posicionamento de Santa Catarina diverge do governo federal em relação ao incentivo fiscal sobre defensivos agrícolas

TEXTO POR MARIA EDUARDA DALPONTE, RAFAELA CARDOSO & SOFIA DIETMANN
 eduardadal@gmail.com, ccardosorafaela@gmail.com & sofadietmann@gmail.com

FOTOS POR MARIA EDUARDA DALPONTE & SOFIA DIETMANN
 eduardadal@gmail.com & sofadietmann@gmail.com

INFOGRAFIA POR PAULA MIRANDA
 paulamiranda2498@gmail.com

FOTO: MARIA EDUARDA DALPONTE



O uso de agrotóxicos nas plantações brasileiras já figura entre as mais preocupantes discussões de 2019. Até o dia 3 de outubro, com a publicação do Ato nº 70 no Diário Oficial da União, o atual governo liberou 382 registros de agrotóxicos no país, 22% a mais do que foi aprovado no mesmo período de 2018. Reações positivas e negativas sobre as últimas medidas colocam em lados opostos desde representantes do governo a ambientalistas, de produtores do agronegócio a pequenos e médios agricultores, passando por muitos consumidores. Em Santa Catarina, os produtores rurais Amílcar May Feurshuette e Cláudio Hoffmann, de regiões próximas a Florianópolis, são exemplos dessa oposição.

Com 390 hectares de plantação de arroz, Amílcar é produtor do município de Imaruí, a cerca de 113 quilômetros da capital, e está preparando a terra para iniciar a safra 2019/2020. O agricultor herdou os hectares de seu pai e utiliza-os como parte de seu sustento.

Logo no começo de sua propriedade, que se estende por uma imensidão de terras marrons separadas por estreitos córregos, há um enorme galpão onde ficam armazenados equipamentos e implementos agrícolas que auxiliam no trabalho dele. Desde quando iniciou a atividade de agricultor, Amílcar utiliza substâncias químicas para acelerar e facilitar a produção agrícola, além de demandar quantidade menor de mão de obra e, consequentemente, de despesas.

A 100 quilômetros de distância dali está a propriedade de Cláudio Hoffmann, no bairro Forquilhas, em São José. A poucos metros do agito da cidade, ele produz hortaliças e verduras há 30 anos. Herdou

de seu pai 3,2 hectares de terra e no início passou a produzir de forma convencional com a utilização de agrotóxicos. Anos depois, optou pela produção orgânica de alimentos. “Na época, quando plantava com agrotóxicos, não tinha venda. Inclusive deu vontade de vender isso daqui e trabalhar como empregado, porque não ganhava o suficiente para sustentar toda a família”, conta, comparando com os resultados que obtém hoje, depois de se dedicar à produção orgânica. A procura por alimentos sem agrotóxicos o incentivou a investir nesse ramo. A mudança “beneficiou a saúde, tanto de quem trabalha aqui como de quem consome os nossos produtos. Hoje vendo para duas grandes redes de supermercado da região”.

Já Amílcar não mudou sua forma de produção. Há mais de 20 anos trabalha com os agrotóxicos, ou como ele prefere chamar, agroquímicos. “A palavra agrotóxico não teve origem no senso comum, foi uma conquista do movimento ambientalista ainda em 1989”, explica Célio Haverroth, extensionista rural da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). O termo, assim como seu uso, é regulado pela Lei de Agrotóxicos nº 7.802, de 1989. Essa legislação define o que são esses produtos e regulamentação os processos de utilização, liberação e fiscalização.

O Projeto de Lei nº 6.299, de 2002, prevê flexibilizações na lei de 1989, entre elas a mudança do termo. Apesar de a situação desse PL estar parada há um ano, a transigência com assuntos relacionados aos agrotóxicos está se intensificando. O presidente da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC) e vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC), Enori Barbieri, esclarece seu ponto de vista. “Quero que fique muito claro que o lançamento de novos agrotóxicos feitos pelo Ministério da Agricultura nada mais é do que a liberação de produtos que estavam represados, já analisados pela Anvisa, de ordem legal liberados pelo governo, mas que, infelizmente, por questões ideológicas do governo passado, estavam represados”.

Em 2008, o Brasil se tornou o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, segundo o Sindicato Nacional de Empresas de Aviação Agrícola. O ritmo de liberação dessas substâncias passou a ser ainda maior em 2017, quando foram liberados 405 novos pesticidas. O produtor de arroz Amílcar apoia essa liberação. Em sua casa, no entanto, o tomate só é consumido se for orgânico. “O problema do agrotóxico está nas culturas produzidas em poucos dias. O arroz não, ele leva de 5 a 6 meses para ser produzido, a gente respeita a carência. Já o tomate, o morango... essas culturas rápidas, por exemplo, minha mulher só compra se for orgânico”.

Embora exista uma maior busca pela alimentação saudável, os agricultores que estão do outro lado da linha de produção/consumo não seguem na mesma direção. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, divulgado em 25 de outo-

Mecanização:

Há inúmeras formas de passar o agrotóxico na lavoura, seja com tratores, pulverizadores ou equipamentos costais. O projeto de lei que proíbe a pulverização aérea de defensivos agrícolas nas lavouras de Santa Catarina foi arquivado em agosto deste ano. A proposta foi feita pela deputada Luciane Carminatti (PT), mas não passou na Assembleia Legislativa (Alesc).

Florianópolis zona livre de agrotóxicos

Até outubro de 2020, Florianópolis será a primeira cidade do país a se tornar uma zona livre de agrotóxicos, segundo a Lei nº 10.628, que proíbe o uso e o armazenamento desse produto na parte que pertence à ilha. O texto abrange a produção agrícola, pecuária, extrativista e as práticas de manejo dos recursos naturais do município.

Entretanto, serão permitidos os insumos com uso regulamentado para a agricultura orgânica, considerados de baixo impacto ambiental e de baixa toxicidade, desde que tenham em sua composição somente produtos permitidos na legislação e registrados com a denominação de produtos fitossanitários para a agricultura orgânica, com proibição para os insumos que apresentem propriedades mutagênicas ou carcinogênicas.

Também será autorizado o uso de agrotóxicos para a aplicação de medidas de prevenção, detecção precoce, controle e erradicação de espécies exóticas e espécies exóticas invasoras, assim como para fins de restauração ambiental, mediante aprovação do conselho gestor e “constante” no plano de manejo da unidade de conservação.

O objetivo da lei é fomentar o desenvolvimento dos setores econômicos voltados para a produção, a comercialização e o uso de produtos fitossanitários, insumos de origens biológicas e naturais, assim como implementar iniciativas no campo da educação formal e não-formal para divulgar o risco e os impactos dos agrotóxicos.

A iniciativa, apresentada pelo vereador Marquito (PSOL), foi aprovada por unanimidade na Câmara dos Vereadores em setembro e sancionada pelo prefeito Gean Loureiro (sem partido) em outubro. No entanto, ainda precisa de um decreto de regulamentação para definir as normas de fiscalização e o valor das multas.

bro de 2019, o número de estabelecimentos que admitiram utilizar agrotóxico no Brasil subiu 20,4% comparado ao Censo de 2006. Nos dois censos, o resultado foi o mesmo em relação à escolaridade. A maioria dos produtores e aplicadores de agrotóxicos são analfabetos ou possuem o Ensino Fundamental incompleto, fator socioeconômico que potencializa o risco de intoxicação.

Consequências para o consumidor

Claúdio já vivenciou um caso de intoxicação por agrotóxico em sua propriedade quando ainda não produzia de forma orgânica. A vítima foi sua sobrinha, na época com apenas três anos. Ele e seu irmão estavam aplicando o produto quando ela começou a brincar com uma folha de repolho. O contato rápido e sutil foi suficiente para levá-la direto ao hospital.

No Brasil, de 2007 a 2017, cerca de 40 mil casos de intoxicação aguda por conta do uso de agrotóxicos foram notificados, de acordo com o último levantamento oficial.

Cresceu em 20,4% o uso de agrotóxicos no Brasil de 2006 a 2017 segundo Censo Agropecuário

Segundo o diretor do centro, Pablo Moritz, “o problema, na verdade, são as intoxicações crônicas, porque essas possuem um intervalo muito longo entre a exposição e o aparecimento da doença, o que dificulta a avaliação do médico e, conseqüentemente, o caso não é notificado”.

Célio, extensionista rural da Epagri, morava em Rio do Campo, em Santa Catarina, e trabalhava com seu pai na produção de fumo, milho e feijão. “Me lembro que com uns 10 anos eu aplicava o agrotóxico na lavoura sem proteção nenhuma, não havia orientação. Tinha produtos que eram líquidos e outros pós. Na aplicação do pó, todo o rosto e as narinas ficavam brancas”. Devido ao carbofuran, que hoje é proibido, desmaiou alguma vez na plantação. Por conta de não haver informação na época, Célio carrega doenças crônicas no sistema endócrino.

Enori, vice-presidente da FAESC, nega a relação entre a intoxicação e o consumo de alimentos com agrotóxico. “A intoxicação pode ter sido causada por um mal manuseio no passado, quando as pessoas ainda não estavam instruídas. Nos dias de hoje, é praticamente impossível que uma pessoa que utilize esses produtos não use, primeiro, um receituário agrônomo”. Entretanto, segundo o Censo Agro 2017, 63,29% dos produtores que fazem uso de agrotóxicos não receberam orientação técnica.

De acordo com Moritz, além da possibilidade de intoxicação, a exposição a esses químicos está associada à obesidade,

à diabetes e à infertilidade, assim como muitas doenças neurológicas, alguns tipos de câncer e doenças inflamatórias intestinais. “A lista de doenças é enorme, e muitas vezes o contato acontece durante o desenvolvimento, na gestação, na infância, e os sintomas só vão aparecer na vida adulta”. Para ele, portanto, é preciso repensar a maneira como o alimento é produzido, já que o custo para a nossa saúde é muito alto. “Todos devem aprender a comer os alimentos da época, aqueles produzidos localmente, pois estes recebem uma carga tóxica muito menor. E o agricultor que produz sem agrotóxico deve ser apoiado, tanto pelo consumidor quanto pelo governo para que a gente tenha alimento saudável”, completa.

Para Sérgio Stedille, agrônomo há mais de 40 anos na Epagri, os agrotóxicos são ruins em todos os sentidos. “A complexidade dos agrotóxicos é gigante e o uso é indiscriminado. Ninguém quer pensar em outras soluções”. O vereador em Florianópolis, Marcos José de Abreu (PSOL), mais conhecido como Marquito, concorda que é necessário haver uma mudança: “sou um defensor da eliminação total dos agrotóxicos, mas sei da realidade, que isso não vai ser do dia para a noite nem através de um decreto impositivo. É necessário criar condições para uma transição agroecológica”.

Ritmo acelerado na liberação

Cerca de 2.350 agrotóxicos estão registrados para uso no Brasil. Para conseguirem o registro, os produtos devem ser avaliados e aprovados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) quanto à eficiência agrônoma, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) quanto ao impacto para a saúde humana e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) quanto aos impactos para o meio ambiente.

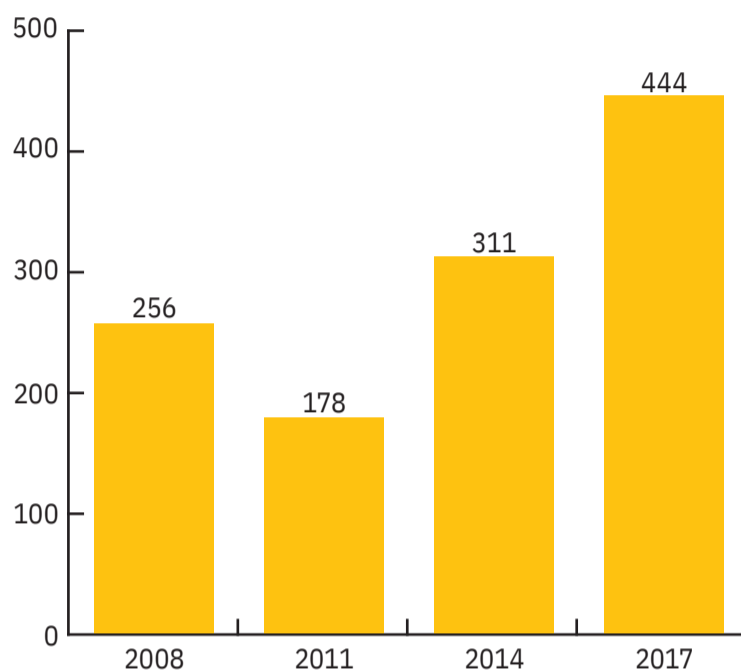
O MAPA afirma que, dos 382 produtos registrados em 2019, apenas 23 são novos. O restante é classificado como equivalente ou genérico. De acordo com a legislação, não se pode registrar pesticidas mais tóxicos do que aqueles que já estão liberados. Além disso, os agrotóxicos não têm prazo de validade, ou seja, quando um produto entra no mercado ele pode permanecer de forma indefinida.

Para que a comercialização de um pesticida seja proibida, é feita uma reavaliação para revisar a segurança das substâncias liberadas. Esse processo de revisão é um importante instrumento para diminuir o padrão de toxicidade do país, já que ao tirar do mercado produtos mais tóxicos, inviabiliza-se o registro de novos na mesma categoria. Hoje, no Brasil, três ativos estão em análise pela ANVISA: a abamectina, o glifosato e o tiram.

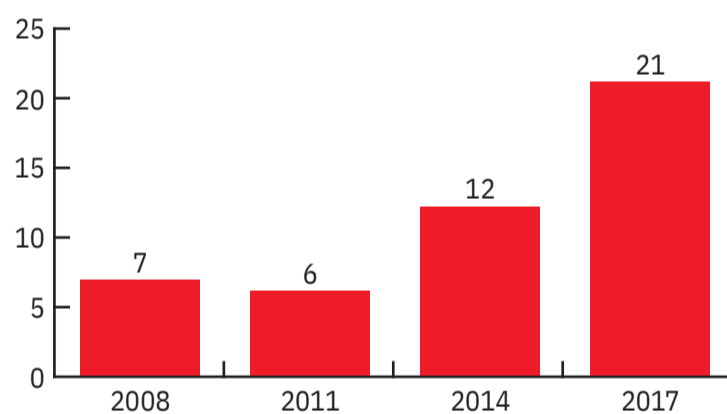
De acordo com esse órgão regulador, “o glifosato não apresenta características mutagênicas, teratogênicas e carcinogênicas, não é desregulador endócrino e não é tóxico para a reprodução. Não há evidências científicas de que o glifosato cause mais danos à saúde que os testes com animais de laboratório puderam demonstrar”.

Intoxicações por agrotóxicos notificadas em Santa Catarina

Casos registrados:



Óbitos registrados:



FONTE: MINISTÉRIO DA SAÚDE/SVS – SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO – SINAN

Enquanto esse parecer não liga o glifosato a nenhum problema de saúde, a substância é apontada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como potencialmente cancerígena para mamíferos e seres humanos. O uso é proibido na Áustria, será banido na França até 2022 e foi atrelado ao desenvolvimento de câncer em humanos pela Suprema Corte Americana.

Apesar das evidências cancerígenas, o glifosato, ou RoundUp, como é conhecido, é o defensivo mais utilizado na agricultura brasileira e mundial. A substância serve para matar a erva daninha e facilitar o processo anterior à plantação, exigindo menos gastos e mão de obra. Antes era classificado como medianamente tóxico (Classe III) e com a recategorização dos agrotóxicos, adotada pela Anvisa no mês de julho deste ano, passou a pertencer à Categoria 5 (Produto Improvável de Causar Dano Agudo).

De acordo com levantamento da *Folha de S. Paulo* com dados da Anvisa, anteriormente 702 produtos eram classificados como extremamente tóxicos. Agora, apenas 43 pertencem a essa categoria. O extensionista da Epagri, Célio, afirma que “a classificação da toxicidade foi uma conquista do movimento ambientalista e toda a flexibilização que se faça é ruim. Esses alertas devem, no mínimo, existir de forma correta”. **Z**

Tributação verde no Estado

Em debate, a prática poderá retirar ou diminuir o incentivo fiscal sobre agrotóxicos

Na contramão do governo federal, Santa Catarina é o primeiro estado do país a iniciar movimentação para instituir a tributação verde, prática que retira ou diminui os incentivos fiscais de produtos causadores de danos ao meio ambiente e à saúde. A medida serve para mudar o cenário atual do estado, que dá isenção de pagamento de Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicações (ICMS) para agrotóxicos.

Para o governador Carlos Moisés (PSL), os benefícios fiscais devem ser concedidos para potencializar a produção e o consumo de produtos que, além de melhorar a economia, sejam bons para a população. “Agrotóxico não é bom. Sou contra incentivar o consumo de substâncias que poluem lençol freático e deixam resíduos em hortaliças. Não existe margem segura para resíduos, portanto, o risco de causar problemas de saúde e doenças à população é real. Não estamos proibindo agrotóxicos, só não queremos estimular o seu uso”, afirma.

Desde 2016, o Fórum Catarinense de Combate aos Agrotóxicos e Transgênicos (FCCIAT) discute a isenção e trabalha para aumentar a tributação desses produtos. Na época, o Fórum enviou uma moção ao Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), responsável por conceder

ou revogar isenções, incentivos e benefícios fiscais do imposto, solicitando que os ganhos do ICMS em relação à comercialização de pesticidas fossem destinados a pesquisas que estudam o impacto dos agrotóxicos na saúde.

A discussão, vista com maus olhos na época, entrou na agenda do Secretário de Estado da Fazenda de Santa Catarina, Paulo Eli, em 2018. O debate aconteceu no final do mandato de Eduardo Pinho Moreira, que assinou o Decreto nº 1.866/2018, mantido pelo atual governo. Com o documento, a elevação da alíquota sobre os agrotóxicos passaria de 0% para 17%. A iniciativa surpreendeu o setor produtivo, que contestou a posição do governador.

Em agosto deste ano, foi aprovado na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC) o Projeto de Lei (PL) nº 236, do deputado estadual Marcos Vieira (PSDB), que buscava prorrogar a isenção do imposto sobre o agrotóxico até o dia 31 do mesmo mês. O PL não foi sancionado pelo chefe do estado.

Em contrapartida, Moisés assinou no dia 23 de agosto a Medida Provisória (MP) nº 226, que prorroga a isenção até 31 de janeiro de 2020 e propõe escalonar faixas de isenção de acordo com a classificação de toxicidade dos agrotóxicos da Anvisa. A MP busca cobrar impostos sobre os pesticidas conforme o grau tóxico de cada um, divididos em uma tabela por faixas vermelhas, amarelas, azuis e verdes.

Porém, quase um mês depois, no dia 17 de setembro, a ALESC barrou a tributação por classificação toxicológica. O relator, Romildo Titon (MDB), declara não ter urgência para a definição da tabela. Além disso, o deputado defende que já existe uma lei federal sobre o tema, em vigor até abril de 2020.

Ainda assim, o governo continua defendendo a tributação escalonada. “San-

ta Catarina vai inovar ao criar uma legislação pioneira no país, que vai favorecer a produção de alimentos mais saudáveis, a proteção à saúde e ao meio ambiente, sem que o mercado catarinense perca a sua reconhecida competitividade”, explica o governador. A Medida Provisória segue para a Comissão de Finanças e Tributação sem a tabela por toxicidade, apenas com outros itens. **Z**

“Não é bom. Sou contra incentivar o consumo de substâncias que poluem lençol freático e deixam resíduos em hortaliças”

Por que retirar o incentivo fiscal?

A tributação verde, prevista na Constituição Federal, prevê que os produtos devem refletir no preço os impactos que causam no meio ambiente. O Promotor de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), Giovanni Andrei Franzoni Gil, explica que quando alíquotas do ICMS são fixadas, existem princípios que criam um sistema tributário. As alíquotas de 25%, as mais elevadas, são para produtos supérfluos ou que trazem dano às pessoas e ao meio ambiente; as de 17% são para produtos intermediários; e as de 12% para produtos considerados essenciais. “A isenção para agrotóxicos não tem lógica em uma matriz tributária. A rigor, o agrotóxico deveria ter alíquota de 25%, mas se conseguirmos colocá-lo na faixa de 17%, que é a normal, já seria algo que seguiria uma regra de justiça fiscal e diminuiria esse descompasso”, afirma.



Alternativa:
 Sérgio Stedile, extensionista da Epagri, nos acompanhou até a propriedade de Cláudio Hoffmann. Lá, o agrônomo não fez cerimônia para aproveitar as verduras orgânicas do agricultor. O rabanete saiu da terra direto para a degustação.

Faz bem fazer o bem

A importância do trabalho voluntário como forma de ajudar o outro e a si próprio

Era um dia chuvoso de sábado, às 14h30 da tarde, no Hospital Universitário (HU) de Florianópolis. Para alguns essa descrição pode causar certa melancolia, mas não para os Terapeutas da Alegria, que chegam ao hospital cantando e fazendo festa. O primeiro quarto a ser visitado não parece dos mais animadores: uma senhora encostada na parede, tinha um olhar fixo de quem não olhava nada e pensava muito. De repente, ao ver os palhaços entrando, abriu um leve sorriso sem mostrar os dentes.

Conversaram por alguns minutos, a paciente logo se abriu, contou que era professora e que adorava ensinar. Lamentou aos visitantes o caso de sua companheira de quarto que acabara de entrar em cirurgia, era seu aniversário de 15 anos. “Que belo presente, não é?” — exclamou a senhora com tristeza no rosto. Antes de deixar o quarto, os palhaços presentearam a paciente com um origami em formato de pássaro. Quando eles saíram, a senhora nem percebeu, estava ocupada contemplando e sorrindo para aquele presente tão simples mas significativo.

Assim como os Terapeutas da Alegria, existem outras pessoas que visam o bem ao próximo. O voluntariado foi definido no Brasil pela Lei 9.608 de 1998. Entende-se trabalho voluntário como uma atividade não remunerada realizada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos e de assistência social. Ser voluntário é muito mais do que a lei pode dizer, significa doar um pouco de tempo para o outro.

Em Florianópolis, a procura por esse tipo de trabalho sempre foi expressiva, mas muitas pessoas não sabiam como começar. Em outubro de 2017 foi criada pela Prefeitura, a rede solidária Somar Floripa, com o intuito de juntar pessoas que querem se voluntariar em causas sociais que precisam de colaboração.

Através da plataforma digital Somar Floripa as pessoas podem se cadastrar e procurar a instituição com a qual têm maior afinidade. Atualmente, são 5.425 pessoas cadastradas e 79 organizações conveniadas. Para quem não tem o tempo para se doar, a plataforma também arrecada doativos, produtos de limpeza, cobertores e outros objetos que as ONGs estiverem precisando.

Na capital catarinense, há organizações que necessitam de colaboração para se manterem e para melhorarem sua rede de solidariedade. Um exemplo é o Lar de Idosas Seove localizado no bairro Campeche, que abriga hoje 27 senhoras em situação de vulnerabilidade social. A instituição é um organização filantrópica e não visa lucro, a entrada na casa se dá por meio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), devido a uma parceria estabelecida com a prefeitura, que paga os

funcionários da organização. O restante da verba é subsidiado por doações e boas ações da sociedade.

A Seove conta com dois brechós: um de roupas e outros de móveis. Todo o lucro arrecadado é destinado diretamente às necessidades das idosas. Mariana Coelho, que cuida da parte financeira e de divulgação, diz que a participação dos voluntários é fundamental. “Hoje 50% do nosso funcionamento é por conta de voluntários, sem eles a casa provavelmente não existiria”. Onde ajudar é o que não falta na instituição, há espaço para a triagem de roupas e móveis, dar uma caminhada com as velhinhas, cortar suas unhas e cabelos ou, até mesmo, participar do mutirão, que acontece uma vez no mês, para cuidar da manutenção da casa.

Carmen Eger, Fabiana Fraga e Leda Steinhorst cuidam da parte da triagem de roupas que vão para o brechó da Seove. Leda Steinhorst, que é ex-bancária, pensava que precisava ter algum tipo de especialidade para conseguir ajudar. “Não sou médica, psicóloga e nem cabeleireira. Só o carinho, o amor, o abraço, já são muito importantes”.

Além de vontade de fazer o bem, o voluntário da Seove precisa passar por um curso de capacitação com a assistente social. A preparação tem o objetivo de ensinar as regras da casa e conscientizá-lo do que ele pode ou não fazer.

Outro projeto de voluntariado são os Terapeutas da Alegria. Para participar é necessário disposição e comprometimento, já que o objetivo do grupo é fazer visitas no HU, em Florianópolis. O trabalho utiliza a arte e a cultura como ferramentas terapêuticas para minimizar o sofrimento dos pacientes internados nos hospitais. O projeto é um trabalho voluntário coordenado e mantido pelos próprios integrantes.

Os Terapeutas da Alegria fazem parte do Núcleo de Humanização, Arte e Saúde (NuHAS) da UFSC. Entre as ações realizadas pelo grupo encontram-se cursos, oficinas, palestras e participações em eventos científicos, artísticos e culturais. O núcleo conta com três projetos: Humanizarte, Terapeutas da Alegria e Simulações Clínicas.

Para quem tem o desejo de participar, o núcleo abre vagas todo início de semestre, e as inscrições são divulgadas na página do Facebook (Terapeutas da Alegria). Os novos integrantes passam por um semestre de preparo com reuniões semanais, além de imersões. Bruno Hissashi explica a preparação: “trabalhamos a integração do grupo, técnicas básicas de expressão, palhaçaria e temas de humanização. No segundo semestre os integrantes começam a acompanhar as visitas ao hospital como estagiários, para desenvolver o seu palhaço e depois virarem coordenadores do projeto”.

Após o curso de preparação, o local dos encontros é

no Centro de Ciências da Saúde (CCS) da UFSC, todos os sábados, às 14h. Na pequena sala é sempre uma correria, os integrantes começam a fazer suas maquiagens, penteados e escolhem os objetos que levarão ao hospital. Preparação feita, é hora de deixar a identidade pessoal de lado e se transformarem em palhaços. São realizados exercícios de palhaçaria, repasses das regras do HU e o momento mais importante antes de ir: colocar o nariz vermelho. Depois disso, Bruno vira Doutor Kurakuka, Thaís se transforma em Lileca e agora, sim, são todos palhaços.

Os pacientes que recebem os visitantes palhaços ficam muito felizes. Maria da Glória de Oliveira Novas compartilhou em 31 de agosto a seguinte mensagem: “eu acho elogiável esses jovens saírem de casa em pleno sábado, que é dia de estar namorando e passeando, para vir trazer alegria para quem está aqui internado e doente sofrendo. A gente aqui não vê o mundo lá fora, só tristeza. Acho que esse trabalho deveria continuar e ter mais apoio, porque ajuda de verdade”. Maria faleceu alguns dias após a visita dos palhaços. Após sua morte, foi enviado aos Terapeutas da Alegria uma mensagem de sua filha, de agradecimento por ter feito sua mãe um pouco mais feliz antes da partida. Para o voluntário Gustavo Henrique, a pior parte desse é ir ao hospital e o paciente não estar mais lá.

Os voluntários atuam nas áreas cirúrgica, médica, pediatria e emergência. As enfermeiras avisam em quais quartos eles são autorizados a entrar, mas nunca sabem o que vão encontrar. Thaís Araújo é uma das participantes, diz que o segredo é não criar expectativa: “Cada quarto é um quarto, não podemos esperar nada dos pacientes, mas a gente se surpreende com as situações.

Um dos momentos mais marcantes foi em um quarto onde havia uma paciente cega, ninguém nos avisou. Tivemos que improvisar, ela tocava no nosso nariz de palhaço, descrevemos como estávamos vestidos. Temos sempre que estar abertos ao outro”. **Z**

“50% do nosso funcionamento é por conta de voluntários, sem eles a casa provavelmente não existiria”

Terapia: Voluntários visitando a ala cirúrgica do Hospital Universitário.



Peneira no futebol

Das milhares de crianças que sonham em jogar como profissionais, apenas 1,5% chegam lá

“Um dia eu tava na escola e a professora pediu pra mim fazer o desenho do que eu sentia saudade. Desenhei meus pais e amigos e comecei a chorar, eu tava com muita saudade de casa. Liguei pra mãe e ela falou pra eu ir na psicóloga do Clube. Fui e ela me acalmou. Não sabia que a psicóloga conversava com a gente, eu tinha medo de ir”. Vinícius*, com menos de 12 anos, saiu do interior de um estado brasileiro para jogar em um clube de futebol em Florianópolis. No começo, a mudança foi muito difícil, ele não conhecia ninguém e alternava seus dias entre duas responsabilidades: treinos e aulas. “Mas eu sou muito falador, logo já fui fazendo amigos. Saudade de casa sempre tem, né!”.



Como explica a psicóloga do Figueirense, Josielly Pinheiro Westphal, “a cultura do futebol no Brasil coloca os meninos longe do que a gente considera saudável para o desenvolvimento”. A convivência familiar e os vínculos fortalecidos, por exemplo, são as condições saudáveis, mas grande parte das crianças e adolescentes está longe da família, dos amigos de infância, da comunidade a qual pertencem e dos hábitos diários. Esses atletas passam a conviver em alojamentos com jovens de faixas etárias diferentes e com pessoas que inicialmente não conhecem.

“A gente vê foto da família ‘tudo’ junto indo em aniversário e bate uma saudade. Mas a gente tem que pensar lá na frente, pensar no nosso sonho”, diz com a voz embargada Geliel Souza, de 16 anos, meio-campo do Figueirense Juvenil. “O que a gente plantar aqui é o que a gente vai colher. Então, a gente abre mão. Mas é complicado”, revela Pierre Santos, colega de Geliel e volante do Figueirense Juvenil. Durante a noite, a saudade bate mais forte nos meninos. “Não é difícil achar casos de depressão na idade deles, é um acúmulo de responsabilidades muito grande. Eles precisam de ajuda”, explica a assistente social Josiane Antonio Resende.

A pressão imposta aos atletas não condiz com suas idades, como explica a psicóloga. “Tem menino de 14 anos que está aqui para sustentar a família, em que os pais colocaram e depositaram a confiança do futuro da família. Como você lida com uma criança com tamanha responsabilidade?”. Artur Chaves, zagueiro do Sub-20 do Avaí, acredita que a pressão permanente é prejudicial aos atletas. “É uma constante cobrança por rendimento, tem que estar 100% bem fisicamente e mentalmente para atingir um alto nível de rendimento e isso me deixa estressado”.

Alguns técnicos também cobram responsabilidades incompatíveis com a idade dos meninos. “Do ponto de vista psico-afetivo, social e neuromotor, o excesso de treinamento em uma modalidade pode

prejudicar o desenvolvimento em demais áreas do indivíduo. A maneira como a criança vai assimilar o treinamento físico de alto rendimento pode gerar distúrbios emocionais e comportamentais. É necessário acompanhamento multidisciplinar”, afirma Daniel Carvalho, ortopedista e traumatologista.

A rotina dos jovens atletas exige esforço e dedicação. No Avaí, os treinos acontecem de segunda a sábado do Sub-14 ao 20. Sub-10 e 11 treinam três vezes e o Sub 13 quatro vezes por semana. Arthur Chaves, jogador do Avaí do Sub-20, afirma que seu dia a dia é intenso. “Recebemos a programação semanal no domingo e às vezes o treino é de tarde, às vezes de manhã. Existem ocasiões em que às 21 h eles mandam alteração e aí temos que nos readaptar”.

O futebol afasta muitos jogadores por lesão e a recuperação leva tempo. “Às vezes eles estão no auge e precisam se afastar. Ficam longe do grupo, a composição corporal muda: são fatores que influenciam bastante no estado psicológico”, explica a psicóloga. O jogador do Figueirense Geliel machucou o joelho em outubro de 2018 e passou por cirurgia na véspera de Natal. Após nove meses, voltou a treinar. “Tinha que fazer fisioterapia e ver meus amigos jogando”.

Os mais jovens que treinam três vezes por semana enfrentam rotina não menos complicada. Karyna Pereira, mãe de Natália Pereira, jogadora do Sub-10 do Avaí, revela que a maioria das crianças dessa categoria ainda treina em outras escolinhas. Desde pequenos, eles são ensinados a ter o esporte como prioridade número um, à frente de eventos da escola, da família ou de confraternizações.

No Figueirense, os jogadores têm uma cartilha a seguir com horários de chegada e saída e precisam cumprir todos os seus compromissos. “Eles vieram aqui só para duas coisas: treinar e estudar. Cobramos uma postura de trabalho. Eles também têm que ter horários de lazer e passeios, mas é um regime rígido”, explica Felipe

Tempo
para formação de
um atleta é de cerca
de 5 mil a 6 mil horas
de trabalho duro

Começam cedo: Sub-10 do Avaí treina de três a quatro vezes por semana, em uma rotina intensa.

Gil, coordenador de futebol do clube. No Avaí, eles tentam alcançar o equilíbrio entre a seriedade e a responsabilidade com os Sub-10 e 11, mas, da mesma forma, os atletas precisam seguir a rotina de trabalho. “Tentamos oferecer descontração e brincadeiras sempre, para que não fique muita cobrança, mas eles sabem que têm uma rotina de trabalho”, afirma Lucas Colturato, técnico do Sub-10 e 11.

Os atletas amadurecem desde cedo, devido a essas responsabilidades. “Eles criam resiliência, eles vão para frente apesar de todas as dificuldades. Esses meninos são mais preparados do que pessoas que moraram sempre com os pais. Eles passam a ser mais autônomos”, revela a psicóloga Josielly.

Para compensar a rotina e a saudade, os jogadores procuram referências no clube. Para Pierre, a assistente social Josiane é uma delas. “Ela sempre tenta deixar o ambiente mais familiar possível”. Os meninos do Figueirense não discordam. “Ela é uma mãe para a gente”. A psicóloga Josielly enfatiza que o treinador também é uma figura importante para guiar os meninos. “O mundo do futebol é muito volátil, o Sub-17 e 20 trocaram de treinadores de 3 a 4 vezes só este ano. Isso é ruim porque eles perdem a referência, eles precisam de alguém que os direcione”.

Reviravolta: Pierre Santos, jogador do Figueirense, encerra seu contrato com o clube neste ano.

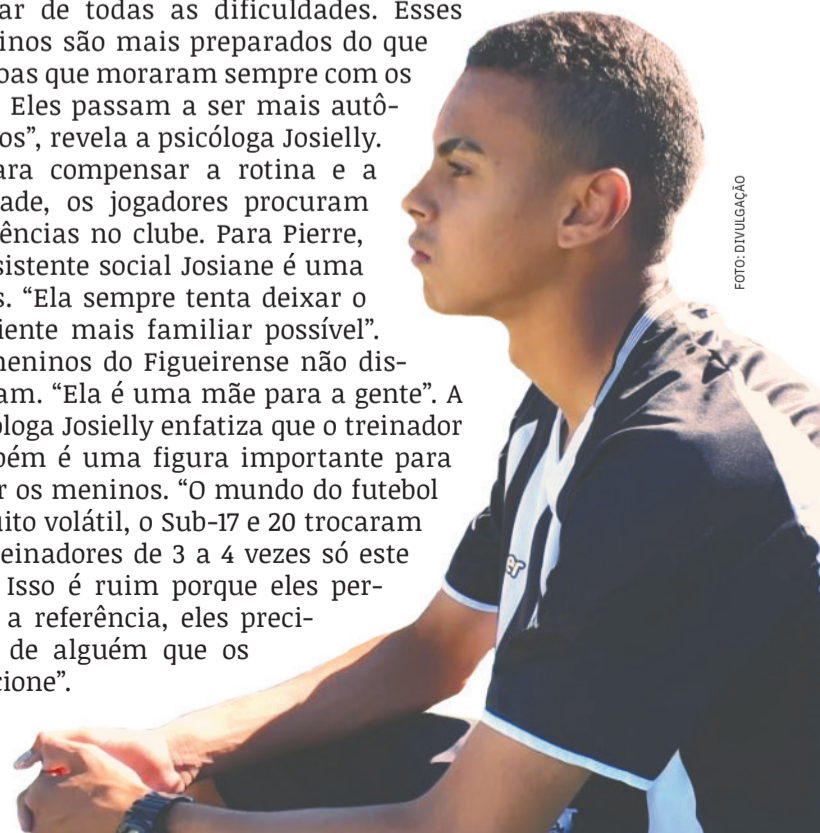


FOTO: DIVULGAÇÃO

Escola sem perspectiva

O sonho de Ryan era ser lutador profissional, mas o destino mudou seus planos. Um dia, assistindo seu amigo em um treino de futebol, o treinador o convidou para “quebrar um galho”, já que o goleiro do time havia faltado. O menino foi tão bem que, depois disso, nunca mais saiu do gol. Começou a viajar com o time de sua cidade e, algum tempo depois, estava pegando o ônibus em Rondônia com destino a Florianópolis. Com apenas 12 anos, Ryan morava sozinho na Capital Catarinense, ia para escola, fazia as refeições e treinava sem seus pais por perto. Só depois de um ano sozinho, sua mãe e seus irmãos conseguiram se mudar para a capital catarinense. “Agora só falta o meu pai”, conta Ryan.

O pequeno goleiro de Rondônia, que aos 13 anos mede cerca de 1,80m, não pensa em ter outra profissão, o sonho é ser jogador de futebol e ponto. O menino ainda brinca: “minha mãe fala que eu não tenho muito futuro na escola não, o jeito é ser jogador de futebol”. Os clubes de futebol no Brasil, segundo o art. 29, inciso V, da Lei Pelé, devem exigir que as crianças e adolescentes estejam matriculados e frequentando regularmente a escola, com bom aproveitamento. A realidade, porém, é de que muitos deles não veem os estudos como uma perspectiva para o futuro.

Os clubes de Florianópolis lidam diariamente com diferentes situações relacionadas aos estudos. “Já aconteceu de a gente ter um menino que era muito bom jogador, mas não frequentava a escola. Daí o Conselho Tutelar nos procurou e mandamos ele embora”.

A responsabilidade dos cuidados escolares no Figueirense é da assistente social Josiane, que supervisiona desde a matrícula dos jovens que vêm de fora até a monitoria do dia a dia nas aulas. “Há meninos que estão na série correspondente e outros que estão com 17 anos no Ensino Fundamental. Nesses casos, a resistência para os estudos é grande”. Ela ainda diz que a legislação é uma aliada para manter os meninos nos estudos: “as leis ajudam muito porque se não fossem elas a gente não teria o controle”.

A dificuldade para conciliar estudo e futebol é comum no Brasil. Arthur, morador da Grande Florianópolis, treina no Avaí desde os 11 anos. Mesmo estando perto de casa, mudou de colégio para estudar durante a noite e conciliar treinos e estudos. “Eu mudei para um colégio que tinha um ensino mais fraco. Acabei perdendo o contato com meus amigos e isso me magoa, porque eram amigos que eu queria ter levado adiante. Mas são coisas do futebol que temos que abdicar para levar nosso sonho adiante”. Arthur acredita que ter uma segunda opção é fundamental. “Jogador de futebol é um carreira incerta. Por mais que as pessoas digam que você tem futuro, qualquer coisa pode mudar isso. Desde pequeno soube que eu tinha que ter um plano B, eu quero ter uma vida além do futebol”.

Pioneirismo: Ao lado Nati Pereira ficou conhecida como a Garota do Laço por usar laços coloridos em todas as partidas.

Estatística contrária incentivo

Sol forte e mães sentadas em cadeiras de praia. O mar não está na frente delas, mas sim, o Campo do Inter, onde acontece o treino do Sub-10 do Avaí. Enquanto algumas crianças moram sozinhas para treinar, outras têm apoio constante da família nos treinos e competições, principalmente, as de 9 a 13 anos. Esses atletas normalmente estão vinculados a mais de um time. Nessas situações, os pais mudam suas rotinas para conseguirem acompanhar os filhos. É o caso da mãe da Nati. A menina passa três semanas treinando no Avaí e uma em São Paulo, no Centro Olímpico.

“O cansaço é nosso. A gente fica na função durante a semana, para levar aos treinos e, nos finais de semana, o dia inteiro nas competições”, conta Karyna, que diariamente adapta seus compromissos. “Para a gente é complicado, temos que adaptar a nossa rotina de trabalho. Tudo pelo sonho deles, que passa a ser o nosso”, revela Clarice Mafra, mãe do João Marcelo Mafra, jogador do Sub-10.

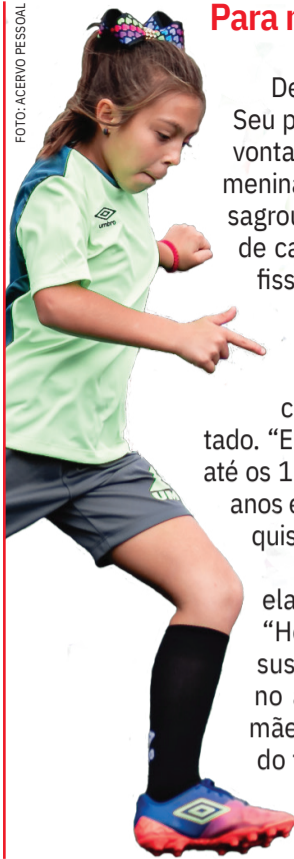
Além de apoiarem os filhos nas competições, os pais se tornam psicólogos. “Depois dos jogos, a gente entra no carro e ‘vai de psicóloga’ até em casa. Porque às vezes eles ficam no banco de reservas, acontece alguma coisa e a gente tenta confortar, tem muita pressão”, acrescenta Clarice.

Os pais incentivam, o atleta se esforça, mas as estatísticas não mentem. Segundo uma pesquisa dos médicos Antonio Jorge Gonçalves Soares e Leonardo Bernardes Silva de Melo, a formação de um atleta dura, aproximadamente, de 5 mil a 6 mil horas de trabalho duro. A chance de se tornar profissional é de 1,5%. No futebol brasileiro, há cerca de 10 a 15 mil postos de trabalho. Na verdade, o número de posições disponíveis na elite do futebol é bem menor, por volta de 520 lugares na disputa do Campeonato Brasileiro. De acordo com levantamento da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), em 2016, mais de 80% dos jogadores no Brasil ganhavam menos de mil reais de salário.

Jonathan Garcia, de 20 anos, apesar de ter conseguido se profissionalizar no time Imbituba, do sul do estado, hoje está desempregado há um ano, fora do mundo futebolístico. O atleta carrega uma lista de clubes nas costas, passando pelo Avaí, Guarani da Palhoça, Atlético Tubarão e Goiás. O menino sempre quis “jogar bola”, mas admite que seguir carreira no futebol é feito por altos e baixos. “Se tu não tiver bem, o amiguinho do lado vai estar. Então o corpo e a mente têm que estar sempre bem, porque o nosso corpo é nossa ferramenta de trabalho”, explica. “É bastante desmotivador”, admite o atleta.

Para ele, além de não conseguir um emprego na área, ainda há mais um motivo que o desanima. “Já passei por vários lugares e sei que hoje meninos com talentos deixam de entrar para entrar jogadores com gente influente por trás. Isso foi a coisa que mais me frustrou”. Mas Jonathan não para com seu sonho. “Eu ainda tenho o sonho de fazer faculdade e trabalhar no meio do futebol como técnico, fi-

FOTO: ACERVO PESSOAL



Para meninas, a base é ainda mais difícil

Desde pequena Nati é apaixonada por futebol. Seu pai viu nela uma perspectiva de carreira e, por vontade da atleta, procurou times que aceitassem meninas. Nati passou no peneirão do Avaí e se consagrou a primeira menina a passar em uma peneira de categoria de base masculina de um clube profissional do Brasil.

Por ser menina e ter 10 anos de idade, Nati pode jogar em categorias de base masculinas até o Sub-13. Depois, precisará migrar para a categoria feminina, que ainda não existe no estado. “Ela vai ter que pedalar muito para ficar no Avaí até os 13, não vai poder baixar rendimento. E com 13 anos ela tem que ir embora para outro estado se ela quiser continuar jogando futebol”, enfatiza Karyna.

Porém, mesmo se Natália se profissionalizar, ela precisará ter outras formas de se manter. “Hoje em dia, o futebol feminino não consegue sustentar a jogadora. A não ser que ela chegue no auge e se torne uma celebridade”, revela a mãe. Natália pensa em outras perspectivas além do futebol. “Eu quero fazer uma faculdade, porque quando parar de jogar futebol, vou ter que trabalhar com outra coisa”.

sioterapeuta, preparador ou formador de jovens. Se o futebol não der certo, vai ser meu próximo passo”, aspira o jogador.

Rodrigo Fernandes Valete, mais conhecido como Fernandes, é o ídolo master da torcida do Figueirense e conhece bem essa jornada. O jogador se aposentou, em 2013, com uma marca de mais de 100 gols pelo clube. Para ele, o começo no futebol é difícil, assim como a aposentadoria precoce. “Encerrei minha carreira com 35 anos e depois eu falei ‘poxa e agora? o que eu vou fazer?’. Hoje tenho uma escolinha de futebol no Estreito, a F10, e sou gerente de futebol no Figueirense”. Para ele, se reinventar foi difícil. Fernandes ficou seis meses parado após sua aposentadoria e fechou três das quatro empresas que abriu.

O jogador veterano Fernandes teve um começo atípico no futebol: iniciou a carreira com 19 anos, idade considerada elevada para introdução no esporte. O atleta conta que quando era criança tinha uma família humilde e sua primeira bola foi um amontoado de meias. Para ele, uma das piores coisas do futebol era ter que ficar longe dos pais. Quando começou sua carreira não conseguia se comunicar com sua família, as cidades eram distantes e a única forma de contato era por cartas ou orelhão. Então, sua mãe foi até a prefeitura da cidade, conversou com o prefeito argumentando que seu filho era jogador e pediu que ele colocasse um orelhão na frente de sua casa. Fernandes se diverte ao contar essa experiência: “às vezes o vizinho atendia e eu falava ‘aquí é o Fernandes, filho da dona Adelaide, chama ela ali para mim?’. Só ouvia ele gritando ‘Dona Adelaide, seu filho no telefone’”.

Ser o artilheiro de um time, se profissionalizar, jogar uma *Champions League* e participar de uma Copa do Mundo. Esses são alguns sonhos dos aspirantes a jogador de futebol profissional. Desde pequenos o sonho é grande, mas a caminhada é longa: peneiras, treinos, competições e muitos “nãos” durante a trajetória. Apesar do sonho é necessário pensar em uma segunda opção. E se não der certo? Como as estatísticas comprovam, pouquíssimos atletas conseguem chegar ao alto nível. “Se não der certo, o mundo cai. A escola é o que vai dar a possibilidade de ter outras oportunidades. Mas trabalhamos para eles aprenderem sobre frustrações”, enfatiza a psicóloga Josielly.

Apesar das dificuldades, os aspirantes se espelham nas figuras que chegaram lá, realizaram seus sonhos e mostraram que é possível. Fernandes, que atingiu seus objetivos na carreira, deixa uma mensagem: “não faça nada por dinheiro, mas sim pelo amor ao futebol”. **Z**

*O nome da criança citada na reportagem foi trocado para preservar sua privacidade.

Da madeira ao aço: histórias da Ponte Hercílio Luz

Após quase três décadas fechada, a “Velha Senhora” será reinaugurada no dia 30 de dezembro

Era 12 março de 1952. Um tumulto na cabeceira da Ponte Hercílio Luz chamou a atenção de Raul Opuszk, que atravessava a pista de madeira da estrutura em direção à ilha. Morador do bairro Coqueiros, em Florianópolis, ele sempre fazia o percurso casa-trabalho com o jipe da Marinha do Brasil. Naquele dia, no entanto, foi surpreendido: duas meninas estavam se afogando. Sem hesitar, parou o veículo no meio do trajeto e pulou os 30 metros que separam a ponte do nível do mar. O par de sapatos e o relógio que usava se perderam na corrente. Quando conseguiu respirar, pegou uma das crianças e puxou a outra pelo cabelo. As pessoas, aglomeradas em cima da construção, jogaram bóias para ajudar no resgate. Sem dizer o nome às vidas que salvou, foi ao trabalho como todos os outros dias.

Por conta dessa atitude, recebeu diversas homenagens ao longo da vida, com destaque ao diploma de honra ao mérito assinado por Getúlio Vargas, presidente da época. O papel, guardado cuidadosamente em um quadro de vidro com moldura de madeira, é a prova de que o pai de Dulce Felicidade Opuszk, de 66 anos, foi considerado um herói. “Ele só veio à terra para fazer o bem. Não podia ver um animal abandonado que já queria levar para a casa. Não podia ver uma pessoa necessitada que já ajudava. Sempre dava tudo o que tinha para ajudar o outro. Ele deixou essa lição para toda a família”, conta a filha.

A Ponte Hercílio Luz foi um dos grandes cenários da infância de Dulce. Seu contato com a construção foi antes mesmo de nascer, na barriga da mãe. Mais tarde, todas as vezes que cruzava a ponte, tinha seu ritual. Parava no meio do vão pênsil da estrutura e olhava para baixo, buscando entender o que seu pai tinha feito para salvar aquelas vidas. Hoje, seu objetivo é encontrar a família dessas duas meninas. “Gostaria de saber como foi o salvamento para elas, e dizer que foi meu pai quem as salvou”, afirma.

O vínculo familiar com a ponte também sobrevive na família de Maria da Graça Schmitz Fernandes, de 75 anos. Ainda pequena, na década de 1940, Maria já andava de lá para cá na estrutura. Natural da Ilha de Santa Catarina, costumava visitar os parentes que moravam no continente. O trajeto era feito de ônibus em direção à Praia da Saudade, em Coqueiros.

Esse carinho com a “Velha Senhora”, como a ponte é conhecida, foi passado por sua mãe, que viu a estrutura ser construída, e ultrapassou gerações na família. Sua filha, Beatriz Schmitz Fernandes, de 45 anos, andava pela construção na infância. “Lembro que meu pai brincava: ‘abaixa a cabeça, turma!’, porque parecia que a gente ia bater com a cabeça naqueles arcos grandes”, revela.

Marlene Ramos, de 70 anos, lembra com carinho a primeira vez que cruzou a Ponte Hercílio Luz, na época com apenas uma década de vida. Por conta da perda dos pais, viveu 14 anos em um orfanato de Florianópolis. Para rezar na Igreja Nossa Senhora de Fátima, na parte continental, as freiras levavam as crianças para atravessar a construção. “A gente morria de medo porque balançava bastante. Quando tinha uma tábua quebrada ou algum vão, a gente já se agarrava uma na outra para não trancar o pé”, relembra.

Luiz Teixeira do Vale Pereira, professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), coautor de livro sobre a Ponte Hercílio Luz, que será lançado em 2020, também guarda memórias sobre os riscos da estrutura. “Como a pista era de madeira, quando os carros pingavam óleo ou alguém jogava uma bituca de cigarro já pegava fogo. As pessoas chamavam os bombeiros quase duas vezes por mês”, salienta. “Além disso, de vez em quando, os carros trancavam os pneus na madeira quebrada. Os ônibus também ficavam pendurados”, completa.

O que antes era de madeira, agora, com a restauração, é de aço. Quem mal pode esperar para pisar pela primeira vez na nova estrutura é Dulce. A data da reinauguração, dia 30 de dezembro, já está anotada no calendário. Os filhos e netos, que nunca andaram na ponte, farão companhia nesse dia. “Quero ir para lembrar das vidas que meu pai salvou. Vou fazer isso em homenagem a ele, que, infelizmente, nunca mais vai poder passar. Enquanto estiver ali, não vou olhar só para

baixo, quero olhar para o céu e falar: olha pai, estou de novo aqui”, promete.

A reforma

Com apenas 40 mil habitantes em meados de 1920, Florianópolis estava em pleno desenvolvimento econômico-cultural. Mesmo com uma natureza belíssima, para se destacar frente a outras cidades catarinenses ainda era necessário uma expressão simbólica digna de uma capital. O que ninguém imaginava era que uma ponte seria o início de uma grande transformação e entusiasmo para a cidade. A partir de 13 de maio de 1926, data de sua inauguração, a Ponte Hercílio Luz ocupou a posição de cartão postal do município. A preocupação era de que Florianópolis perdesse para Lages na disputa pela sede do governo estadual. Por isso, o nome dado à obra seria Ponte da Independência. Porém, com a morte do então governador Hercílio Luz, idealizador da obra, a ponte passou a adotar seu nome como forma de homenageá-lo.

Foram anos que pareceram séculos. Há quase três décadas interditada, a “Velha Senhora” começou a ser reparada em 1982, período em que ocorreu a primeira interdição da ponte. E foi definitivamente fe-

Acima: Últimas fases das obras de reinauguração da ponte.

Abaixo: Ônibus atravessando o rolamento de madeira da ponte na sua configuração original.

“A pista de madeira pegava fogo. Chamavam os bombeiros quase duas vezes por mês”

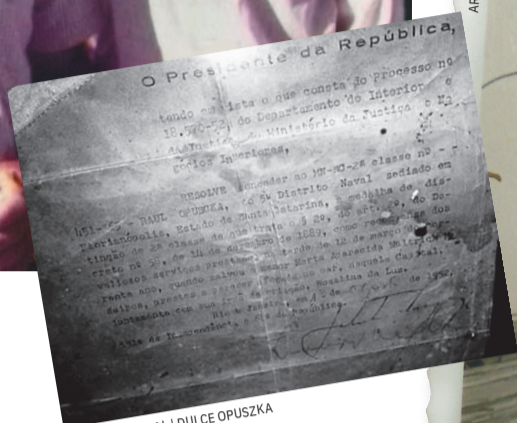
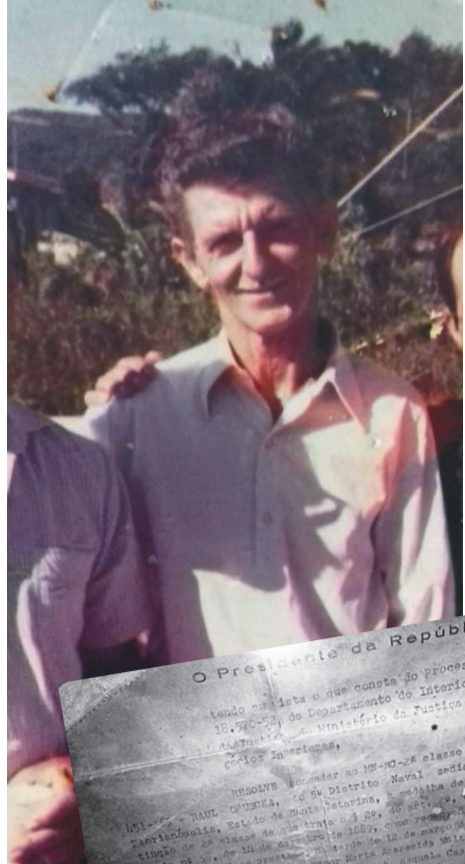


Cronologia da construção, das interdições e das reaberturas

Projetada pelo engenheiro David Barnard Steinman, a Ponte Hercílio Luz foi inaugurada em 13 de maio de 1926, no governo de Bulcão Vianna. Sua construção deu-se graças à iniciativa do vice-governador em exercício, o engenheiro civil Hercílio Pedro da Luz. Em outubro de 1924, com problemas de saúde, Hercílio Luz inaugurou simbolicamente a ponte, construída em escala 50 vezes menor. Doze dias após veio a falecer. Assim, em sua homenagem, a ponte levou seu nome. Ela é uma das maiores pontes pênsis do mundo e a maior do Brasil.

1922 — Início da construção → 1924 — Inauguração simbólica

FONTE: SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE DE SANTA CATARINA



ACERVO PESSOAL | DULCE OPUSZKA

Acima: Raul Opuszka foi reconhecido nacionalmente nos anos 1950 por saltar da ponte para salvar a vida de duas jovens. Abaixo da foto o diploma de honra ao mérito assinado pelo então presidente Getúlio Vargas.



FOTO: DANA SERAFIM



FOTO: RAFAELA CARDOSO



FOTO: DANA SERAFIM



FOTO: DANA SERAFIM

chada em 1991. Desde 2006, a Ponte Hercílio Luz está em obras de restauração. Mas o período de quase 14 anos custou a passar para moradores e contribuintes da região, que continuaram aguardando exaustivamente pela reabertura da estrutura. Durante esses anos, a reforma já teve 13 contratos diferentes, ligados às atividades de elaboração de projetos, serviços de obra, supervisão técnica, assessoramento ao Deinfra, órgão responsável pela política rodoviária de Santa Catarina, e trabalhos emergenciais.

No total, os valores de todos os contratos ultrapassa o montante de R\$ 479 milhões, sem levar em conta os R\$ 7 milhões de aditivos futuros. A soma dos custos, entretanto, não inclui valores referentes a anos anteriores a 2006. Somente os custos do contrato atual da reforma, com a empreiteira portuguesa Teixeira Duarte, já tem previsão de desembolsar R\$ 352 milhões aos cofres públicos.

Além da Hercílio Luz, outras três pontes de mesmo perfil foram construídas nas últimas décadas. Duas foram desativadas, uma caiu. A ponte estadunidense Silver Bridge colapsou em 1967 durante o tráfego do horário de pico, causando a morte de 46 pessoas. Só permanece em pé a Ponte Hercílio Luz. Para o professor Luiz Teixeira do Vale Pereira, “a queda da ponte americana foi um acidente dramático. E como precaução, a Hercílio Luz também foi fechada. Fizemos reforços com cabos de aço, até que resolveram fechar de vez”. Mas o professor pondera que, apesar da medida ter um teor preventivo na época, a condição das duas pontes era diferente: “a ponte americana caiu porque havia duas barras de olhal [peças responsáveis pela sustentação], aqui são quatro. Partindo uma, as outras três conseguiriam

absorver o impacto de uma possível carga adicional existente”.

Com a reabertura da ponte, cogita-se a hipótese da estrutura suportar também a circulação de transporte coletivo, além do fluxo de pedestres e ciclistas. “A questão do tráfego será definida a partir do dia 6 de janeiro de 2020, quando a Prefeitura de Florianópolis vai poder testar as alterações de linhas de ônibus que pretende transitar na ponte”, explica o engenheiro fiscal da obra, José Abel da Silva, de 57 anos. Ele afirmou ainda que, até março do ano que vem, haverá um período para avaliar qual o melhor uso da ponte para contribuir com a mobilidade da região.

A expectativa do governo é que os trabalhos na parte superior da Hercílio Luz estejam concluídos até a data da reinauguração. Após a liberação, os trabalhos serão concentrados na estrutura inferior, principalmente na pintura e remoção da base de apoio inferior. “Depois de tanto tempo fechada, vai ser um momento de reencontro, e ele deve ser estimulado e garantido”, declara o governador do Estado, Carlos Moisés da Silva (PSL).

Ano novo, ponte nova

É difícil imaginar a vida dos florianopolitanos sem a existência da “Velha Senhora” para ligar a ilha ao continente. Mas por muito tempo, os moradores da região ficaram sem acesso a esse cartão postal inaugurado há 93 anos. Uma das principais atrações, no ano novo, eram os fogos de artifício que iluminavam o céu sobre a Ponte Hercílio Luz. Desde a virada de 2016, a ponte deixou o posto de protagonista na queima de fogos da capital. Na época, foi constatado que existia risco de incêndio

com o lançamento das bombas. No réveillon deste ano, a estrutura estará iluminada e dela sairá a típica cascata de fogos.

Outra atração que promete agitar os dias da reinauguração são as atividades do Projeto Viva a Ponte, com programação de 30 de dezembro a 5 de janeiro de 2020. O projeto faz parte de um plano para o Complexo Turístico e Cultural da ponte, e contará com atrações artísticas, folclóricas, gastronômicas e esportivas. “Por meio de chamamentos públicos, sem ônus para o estado, buscamos atrações variadas. Além de ser uma ação que não gera custos adicionais, permite que a comunidade esteja mais próxima do evento, não apenas como convidada, mas também como participante ativa”, afirma o governador.

Dulce Opuszka está contando os dias para a reabertura, pois a importância da ponte voltar a funcionar não é somente pelo trajeto, mas a lembrança que ela resgata das pessoas que já passaram por ali. “Muita gente vai se identificar de novo, principalmente as pessoas da minha idade ou mais velhas. E os mais novos que nunca andaram? É uma alegria andar em cima de um cartão postal do estado e de uma construção única no mundo! Florianópolis não existe sem a Ponte Hercílio Luz”, ressalta.

Ela não é a única cidadã catarinense ansiosa para esse grande evento. “Em quase todos os lugares que vou, quando o assunto da Hercílio Luz aparece, as pessoas sempre contam episódios que viveram e que estão relacionados a ela: tem gente que nasceu dentro do carro que estava passando pela ponte; tem casal que se conheceu ali; tem gente que veio morar em Florianópolis porque o pai era operário da obra. São muitas histórias bonitas, e agora elas vão voltar a acontecer”, destaca Moisés. **Z**

No sentido horário, iniciando pelo topo:

1. Dulce Opuszka reconta a história heróica do pai, Raul, na Ponte Hercílio Luz.
2. Marlene Ramos conheceu a ponte na primeira década de funcionamento e atravessava a estrutura para chegar à parte continental da cidade.
3. Beatriz, à esquerda, e a mãe Maria da Graça, à direita, recordam as memórias da família ao cruzar a ponte.
4. Maria da Graça Schmitz Fernandes, ao meio, acompanhada de suas primas no trajeto a pé pela pista de madeira da ponte.

→ 1926 Inauguração oficial → 1982 Primeira interdição → 1988 Reabertura → 1991 Segunda interdição → 1992 Tombamento como patrimônio histórico, artístico e arquitetônico do município → 2006 a 2016 Obras e reformas sob 13 contratos distintos → 2019 Reinauguração

Peso: cerca de 5.000 ton de estrutura
Altura das torres: 74,2 m
Comprimento: 821 m

Altura do vão: quase 31 m do mar

Mar de areia sobre a praia de Canasvieiras

Obras prometem triplicar o espaço existente na orla, despejando mais de 350.000 m³ de areia até o fim do ano

O desenho natural da antiga orla de Canasvieiras, no norte de Florianópolis, ainda vive na memória dos moradores nativos, que recordam o caminho livre de areia frente às ondas do mar. A fama do balneário atravessou fronteiras quando, em meados da década de 1980, a carinhosamente apelidada Canas tornou-se um dos cartões postais mais chamativos da capital catarinense, consolidando o mercado imobiliário do norte da Ilha. Como consequência, a especulação levou muitas pessoas a expandir e cercar terrenos, avançando inclusive sobre a faixa de areia e diminuindo a largura da praia, de olho em negócios com turistas, em especial os argentinos que então começaram a chegar em grandes levas.

A disputa entre brasileiros e *hermanos* em Canasvieiras, nos moldes de um clássico amistoso de futebol, acabou se transferindo para a faixa de areia da praia. Ou melhor, para falta dela.

Seu Domingos Calazans, morador natural de Canasvieiras há mais de 72 anos, conhece essa realidade de perto. “Os moradores e donos de terrenos foram os que avançaram para onde está a cerca hoje. Antes não existia cerca [entre a orla e os edifícios]”, relata. Com passo calmo, seu Domingos anda pela areia da praia e vai contando memórias dos recentes fenômenos que viu acontecer ali. “Olha, a gente não consegue mais passar por aqui com maré cheia, porque a água bate no nível onde estão as cercas. Antigamente, quando a maré crescia e vinham as ressacas, a água ‘comia’ a areia, mas a faixa logo voltava ao tamanho normal. Agora já não é mais assim”, explica.

A saída mais prática encontrada pela prefeitura para corrigir o assoreamento da faixa de areia em Canas foi o projeto de alargamento da orla, retirando areia do fundo do mar e transportando para a beira da praia. É o que começou a ser feito em 20 de agosto deste ano, quando o projeto de engordamento da faixa de areia da praia de Canasvieiras finalmente saiu do papel, após o IMA (Instituto do Meio Ambiente) emitir a LAI (Licença Ambiental de Instalação). Com a liberação da licença, o

prefeito Gean Loureiro assinou a ordem de serviço para autorizar o início das obras.

Aguardado há pelo menos 30 anos pelos moradores do bairro, a prefeitura de Florianópolis acredita que as reclamações por espaço na areia da praia estão com os dias contados. Antes da liberação da LAI, em agosto, porém, o Instituto do Meio Ambiente apontou que, das 44 condicionantes ambientais do projeto, havia incongruência em 23. De acordo com a assessoria do IMA, foi realizada uma força-tarefa com a prefeitura naquele mês para que fossem cumpridos todos os requisitos ambientais. A intenção era que houvesse a entrega dos documentos ausentes e a prefeitura conseguisse a licença a tempo de o projeto iniciar no prazo previsto. Para o uso do espaço pelos banhistas, após as obras, será preciso outra autorização do IMA: uma Licença Ambiental de Operação (LAO), que deve ser solicitada pela prefeitura em até dois anos.

Os trabalhos deveriam ser executados em 120 dias, mas o prazo-limite foi prorrogado, ou seja, vai avançar na alta temporada. A DTA Engenharia, empresa de São Paulo, venceu a licitação que teve outras dez concorrentes habilitadas. A empreiteira paulista está executando o serviço por R\$ 10,5 milhões, sendo que o custo estipulado inicialmente pela prefeitura seria de R\$ 16,4 milhões. O projeto saiu, assim, por R\$ 5,9 milhões a menos do que o valor previsto anteriormente pelo município.

A engorda envolve o alargamento da faixa de areia em uma extensão de 2,3 quilômetros da orla, no trecho entre a foz do Rio do Braz até Canajurê – na ponta oeste da praia. “No começo serão alargados 50 metros além do ponto atual e, ao longo de dez anos, essa largura deve ficar em torno de 30 a 35 metros. “A gente já considera essa redução por conta do movimento natural da maré, que vai avançando sobre a orla”, afirma engenheiro e diretor de obras da Capital, Tiago Schmitt. Atualmente, a largura da faixa de areia da praia de Canasvieiras varia de 5 a 10 metros.

Os equipamentos de dragagem operam 24h por dia, e a movimentação de terra ocorre das 6h às 22h. Enquanto isso, a estudante universitária Ana Sophia Sovernigo, já sente as consequências das obras no seu dia a dia. Ela mora a duas quadras da praia e explica que, além da poluição sonora pelos maquinários, o isolamento dos trabalhos também aumentou seu deslocamento até a faixa de areia. “Eu moro próximo ao canto esquerdo da costa, no sentido Jurerê, e antes eu chegava lá direto pelo acesso principal. Mas agora, com as obras, eu preciso seguir um outro trajeto, e ando umas quatro quadras a mais para chegar à praia”.

Alguns comerciantes da região também temem a presença das obras com a chegada dos banhistas na alta temporada. “Tudo bem que a faixa de areia vai aumentar, mas ao mesmo tempo vai sujar mais a praia, porque as obras vão estar acontecendo enquanto os turistas estiverem chegando. A areia vai se movimentar e vai trazer toda sujeira para cá. Isso acaba prejudicando nós que somos vendedores e ambulantes nessa época de temporada”, argumenta o comerciante Anderson Petrucio, 33 anos, que vende bebidas na orla de Canasvieiras.

Investimento pautado no turismo

Enquanto no meio acadêmico o assunto já é debatido há anos, com estudos ambientais sobre o problema, o executivo municipal não esconde que iniciativas para conter a diminuição das faixas de areia na capital só começaram a ser discutidas em 2018. E o motivador, segundo o diretor de obras da Capital, foi apenas o turismo. “No ano passado, com a faixa de areia pequena, tivemos um número considerável de turistas que acabou indo embora mais cedo por não conseguir aproveitar a praia”.

O superintendente de turismo de Florianópolis, Vinicius de Lucca Filho, afirmou à reportagem que o empreendimento ambicioso da prefeitura trará retorno a curto prazo. “Com a faixa de areia maior, existe a possibilidade de novas ações culturais e esportivas naquela região, além de uma perspectiva na melhora da locação dos imóveis, e da ocupação hoteleira. A gente estima que, em pelo menos dois ou três anos, o retorno venha tanto do ponto de vista financeiro, quanto para o futuro da cidade”, avalia.

O foco da administração municipal no turismo traz, em contrapartida, receio para o morador da região Edson Rosa, 58 anos, que frequenta Canasvieiras desde os anos em que o balneário era apenas uma vila de pescadores. “Acho que engordamento é uma solução simplista demais, que garantirá a atividade turística por mais alguns anos, mas jamais resgatará os verdadeiros recursos naturais da praia, hoje contaminada pela falta de políticas públicas coerentes”, pondera.

Em outubro de 2018, o poder público recebeu um Estudo Ambiental Simplificado (EAS) que vinha sendo feito pela empresa PROSUL desde abril, orçando a obra de reposição da faixa de areia e apontando os possíveis impactos ambientais. O estudo foi entregue ao Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) que, em janeiro deste ano, se manifestou positivamente pelo andamento da obra.

Obras:

Máquinas operam no alargamento da faixa de areia, com trabalhos das 6h às 22h.

O IMA declarou, por meio de nota, que “o empreendimento não vai interferir de maneira direta sobre a flora e não está prevista supressão de vegetação. A obra também não impacta nenhuma Unidade de Conservação. A área encontra-se nas zonas de amortecimento da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo e também da ESEC Carijós”. O órgão, entretanto, afirmou que durante a execução da obra não são esperados impactos diretos nesses pontos.

Apesar dessa argumentação do IMA, o Observatório de Áreas Protegidas da UFSC analisa as obras com criticidade. De acordo com o pesquisador Orlando Ferreti, “o simples fato de, por conta do alargamento, atrair mais pessoas para a praia, já gera um impacto direto naquela área. É algo que pode resultar facilmente em uma degradação das condições de vegetação por conta do mau uso e da poluição que se pode causar”.

Praias com menos areia

Anos antes da iniciativa da prefeitura de alargamento da praia de Canasvieiras, a professora e doutora em Geomorfologia Costeira, Janete de Abreu, já pesquisava nos laboratórios da UFSC os motivos que estavam levando a faixa de areia a diminuir nas praias de norte a sul de Florianópolis.

O encolhimento, segundo Janete, tem ocorrido com maior evidência nos últimos 50 anos. “Na Ilha, as praias não têm grande quantidade de estoque sedimentar imerso, o que se agravou ainda mais com o processo de urbanização nas orlas de praia da região, sobretudo nos anos 70”, afirma.

Explica também que, periodicamente, a faixa da praia reduz e se recompõe de forma natural. O problema é quando há um avanço de construções na linha costeira, intensificando os processos erosivos, a perda do estoque sedimentar e a redução da faixa de areia. “As ocupações próximas ao mar, como na praia de Canasvieiras, resultam na retirada de parte das dunas e da vegetação de restinga, que servem de barreira natural para o avanço das águas. A partir do momento em que são construídos edifícios, casas e restaurantes nesses espaços, há a transformação de um ambiente que era totalmente móvel para um fixo, com estruturas rígidas. Isso aumenta a reflexão das ondas e o processo de solapamento”, esclarece a professora.

Desde 2004, está em vigência no Brasil o Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla), que estabelece diretrizes para que novas ocupações em áreas não urbanizadas da orla marinha devam se iniciar a 200 metros, calculados a par-

tir do limite de contato terra/mar. O limite terrestre teria a finalidade de garantir uma zona de amortecimento na costa. “Muitas praias não só de Florianópolis, mas do Brasil, não têm essa zona bem definida, podendo gerar a perda de patrimônio público e privado”, argumenta o oceanógrafo e docente da Coordenadoria Especial de Oceanografia da UFSC, Pedro Pereira.

O aumento da construção civil na costa de Canasvieiras trouxe impactos permanentes, na visão dos frequentadores. “A ocupação turística da orla, desordenada, destruiu o cinturão de restinga e os coímbros de dunas, aterrou riachos, estimulou o despejo de esgoto nos canais de drenagem pluvial, e destruiu mangues”, aponta Edson.

Além da ação do homem, há processos naturais meteorológicos e oceanográficos que também resultam na diminuição da faixa de areia. “Em casos em que os eventos

com pedras. Outras estruturas também têm sido usadas para contenção das correntes marítimas, como molhes, quebra-mar, diques, entre outros. A pesquisadora explica, porém, que antigamente muitos projetos de obras costeiras não davam atenção ao equilíbrio morfológico da costa, contribuindo para o aumento de processos erosivos. Por outro lado, as obras de engordamento surgem como alternativa às estruturas rígidas de proteção. “A granulometria do solo retirado desta área também deve ser estudada com cuidado, pois um grão menor em uma faixa de areia média pode alterar as características morfológicas da praia”, ressalta.

Em processos de engorda, como o da praia de Canasvieiras, alguns impactos momentâneos ocorrem no ecossistema marinho. O oceanógrafo Pedro explica que “os principais impactos pontuais e negativos ocorrem na jazida, ou seja, no local que vai ceder sedimentos. Nesse período, haverá uma mortalidade pontual de animais que habitam ao fundo, porém vai ser repovoado em questão de meses, pela população de organismos que existem naquele espaço”.

Outra alteração que afetará a diversidade marinha da praia, segundo ele, acontecerá na superfície. “A praia tem todo um ecossistema de animais invertebrados que vivem na faixa de areia. De imediato, quando esse material [da dragagem] é lançado na praia, estes serão os primeiros organismos a serem mortos, porque haverá um soterramento deles”. A médio prazo, esse ambiente é restabelecido, com aumento da área de ocupação dos organismos e do ecossistema antes existente.

Para a pesquisadora Janete, o ideal é planejar uma política de reconfiguração das ocupações costeiras, garantindo que não haja novos imóveis nestes ambientes. “É necessário se pensar, em paralelo às obras de engordamento, na criação de uma zona de amortecimento que evite o impacto da ocupação nos processos erosivos da praia. É preciso trabalhar com manutenção e com qualidade ambiental”, defende.

De acordo com o diretor de obras da Capital, Tiago Schmitt, o engordamento da praia de Canasvieiras tem prazo de efetividade previsto para 10 anos. Esse é o tempo que, segundo ele, com o movimento da maré, as faixas de areia poderão voltar aos níveis atuais. Sendo assim, daqui a alguns anos, a prefeitura afirma ter intenção de recomenciar os mesmos processos na praia. Isso exigirá um novo estudo de impacto ambiental e novos custos aos cofres públicos. **Z**

“Solução simplista que garantirá a atividade turística por mais alguns anos, mas jamais resgatará os recursos naturais”

extremos são muito fortes, ou quando há muitas ressacas seguidas, a praia não tem condições de se restabelecer rapidamente, o que provoca uma configuração mais erosiva”, contextualiza a pesquisadora Janete. De acordo com levantamento feito por ela, as praias catarinenses mais afetadas pela erosão, nas últimas décadas, são as praias da Armação, que nos anos 90 apresentou processos erosivos bastante acentuados; dos Ingleses, no setor Sul e Central, com o desaparecimento de trechos; de Ponta das Canas; e de Canasvieiras. “Em geral, apresentam setores predominantemente erosivos, outros que são relativamente estáveis, e outros que vão ter uma tendência à deposição de sedimentos e ao alargamento da linha de costa”.

Atualmente, em termos de proteção de faixas costeiras, existem obras de engenharia rígidas como muros de contenção

Como a operação leva a areia do fundo do mar para a praia



Duração do processo:
3 horas

Há duas dragas de sucção de areia: uma com capacidade de 2000 m³ por viagem e a outra com 600 m³. São realizadas cinco viagens por dia.



1
A Draga atraca e suga a areia em uma jazida natural submersa que fica há 1.500 metros da costa. O Processo dura 2 horas. Lá, a areia tem o grão de mesma espessura e cor dos existentes na praia.



2
Após sugar a areia da jazida, a embarcação navegará por cerca de 30 minutos até a plataforma flutuante. Na plataforma, a areia vai para a tubulação flutuante.



3
Tubulação bombeia a areia até a orla, o processo dura em torno de 30 minutos.



4
Na orla, a areia é espalhada pelo trator.

356.000
m³ de areia

Canasvieiras na década de 1970

Imagens de época retratam o início das transformações e a urbanização da orla

A praia de Canasvieiras começou a ser reconhecida como ponto de referência no turismo catarinense no início dos anos 1970. O registro fotográfico da Casa da Memória de Florianópolis resgata a imagem de uma orla frequentada, décadas atrás, principalmente por moradores da região. Naquela época, o desejo do governo estadual e municipal em investir no desenvolvimento urbano do Norte da Ilha começou a trazer transformações no espaço da praia. A diminuição na faixa de areia da orla foi a mudança mais evidente ao longo dos anos.

Os verões em Canasvieiras passaram a trazer desafios para a infraestrutura e para o crescimento imobiliário do balneário. O avanço de construções na linha costeira alterou o processo de movimento sedimentar, o que levou à intensificação do processo erosivo e à redução da faixa de areia da praia. Começaram então a surgir grandes edifícios, restaurantes e as primeiras redes hoteleiras na zona de amortecimento da costa, retirando a barreira natural de avanço do mar na praia. **Z**

